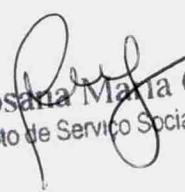


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

SHIRLEY TEREZINHA FRAGA

A MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES (AS) DO OESTE E SUA INSERÇÃO NO
PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM FLORIANÓPOLIS

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 31/07/06


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS

2006/1

SHIRLEY TEREZINHA FRAGA

**A MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES (AS) DO OESTE E SUA INSERÇÃO NO
PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Márcia do Rocio Santos.

FLORIANÓPOLIS

2006/1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

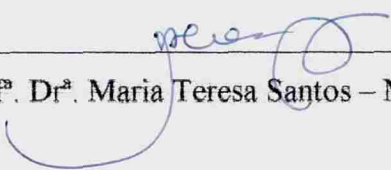
**A MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES (AS) DO OESTE E SUA INSERÇÃO NO
PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM FLORIANÓPOLIS**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e adequado para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Banca Examinadora



Prof. Ms Márcia do Rocio – Presidente (UFSC)



Prof. Dr.ª Maria Teresa Santos – Membro (UFSC)

Daniela Teixeira Chaves da Silva

Assistente Social: Daniela Teixeira Chaves da Silva

FLORIANÓPOLIS

2006

Dedico este trabalho ao meu querido Rodrigo, te amo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu namorado Rodrigo pelo apoio, compreensão, paciência e carinho no decorrer da minha fase acadêmica; TE AMO.

Aos meus pais, que estavam sempre dispostos a me ajudar nas horas em que mais precisei, agradeço pelo amor, respeito e dedicação sempre demonstrados. AMO VOCÊS.

Aos meus irmãos Talita e Rafael, pela amizade, compreensão e paciência.

Às minhas eternas amigas de faculdade: Dora, Jucemara, Marielle, Gladis, Dianês e Carolina por todos os momentos inesquecíveis que passamos juntas.

A todos os alunos, professores, monitores e a coordenação do Pré-Vestibular da Cidadania que são exemplos de determinação ao longo desses seis anos da minha caminhada no projeto.

As amigadas que fiz no Pré-Vestibular da Cidadania: Nadir, Inocêncio, Cleuse, Taty, Fernanda, Cleidir, Cristiane, Andréa, Antônio, Fernando e Noeli. ADORO VOCÊS.

Ao Padre Wilson Groh, Cezar e Marlene por acreditarem na minha pessoa e terem concedido a oportunidade de fazer parte do Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP).

Às minhas colegas de estágio na IDES/PROMENOR: Fernanda, Melissa, Juliana, Fabrícia, Rosana e Renata que contribuíram com aprendizado e com a amizade nos momentos em que trabalhamos juntas.

Às queridas colegas Rosana e Milena pelo incentivo durante a realização deste trabalho.

Aos amigos Ana Elisa, André, Marcelo Rigol, Felipe e Wagner, pelos momentos de alegria em que me inseriram.

A todos do projeto NAF-Rodoviário, onde realizei o estágio extra curricular.

À minha querida supervisora Leyla, obrigado pelas discussões que tivemos para a escolha do tema e por sua amizade. TE ADORO.

A assistente social Daniela pelo reconhecimento diante do meu projeto de monografia. ADOREI TRABALHAR COM VOCÊ.

Aos professores e funcionários do Departamento de Serviço Social, pela competência, compromisso e esforço para conosco, alunos em formação, em especial à Rosana Gaio pela simpatia e dedicação especial aos formandos.

À minha orientadora professora Márcia do Rocio, por propiciar idéias e ajudar a defendê-las.

Aos usuários do NAF-Rodoviário que prontamente aceitaram a participar da pesquisa, contribuindo assim para a conclusão deste trabalho.

Minha gratidão a todos que, com incentivo, carinho, amizades, críticas, compreensão, me acompanharam nesta caminhada. MUITO OBRIGADO.

A Deus, esse ser supremo que me deu a vida e que me proporciona uma enorme força e lucidez para enfrentar as dificuldades da vida.

Assentamento

Chico Buarque

Quando eu morrer, que me enterrem na
beira do chapadão
contente com minha terra
cansado de tanta guerra
crescido de coração
Tôo
(apud Guimarães Rosa)

Zanza daqui
Zanza pra acolá
Fim de feira, periferia afora
A cidade não mora mais em mim
Francisco, Serafim
Vamos embora

Ver o capim
Ver o baobá
Vamos ver a campina quando flora
A piracema, rios contravim
Binho, Bel, Bia, Quim
Vamos embora

Quando eu morrer
Cansado de guerra
Morro de bem
Com a minha terra:
Cana, caqui
Inhame, abóbora
Onde só vento se semeava outrora
Amplidão, nação, sertão sem fim
Ó Manuel, Miguilim
Vamos embora

FRAGA, Shirley Terezinha. **A Migração de trabalhadores (as) do Oeste e sua inserção no processo de precarização do trabalho em Florianópolis**. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RESUMO

Neste trabalho de conclusão de curso nos propomos a enfocar o êxodo rural no oeste catarinense, que tem como causas principais a industrialização e geração de emprego nas cidades, além das transformações e problemas no campo, como a concentração fundiária, mecanização e mudanças nas relações de trabalho. É nesse enfoque que pretendemos investigar a migração do campo para a cidade, em especial, dos migrantes do oeste catarinense para Florianópolis em busca de emprego e sua inserção no processo de precarização do trabalho. São objetivos específicos de nossa investigação: refletir as relações de migração entre o campo e cidade na perspectiva do trabalho; traçar o perfil dos usuários vindos do oeste catarinense e atendidos pelo NAF – Rodoviário, vinculado à Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, mantido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis; levantar alguns elementos sobre as políticas públicas direcionadas para estes trabalhadores (as); analisar as condições de trabalho dos migrantes durante o período de permanência em Florianópolis. Nossas questões norteadoras estão voltadas para: Quais os motivos que levam os trabalhadores (as) a migrarem do oeste catarinense para a cidade de Florianópolis? Quais as condições de trabalho ou que tipo de atividade se inserem estes trabalhadores (as) durante a permanência na cidade? Quais são as políticas públicas para atendimento desses trabalhadores (as)? Este trabalho justifica-se pelas seguintes razões: primeiramente, para os trabalhadores (as), pois se busca mostrar a condição precária de atendimento em Florianópolis a esses trabalhadores (as), bem como da inserção no trabalho precarizado ou na reprodução das condições de desemprego; posteriormente terá uma grande relevância para os técnicos que atuam no NAF-Rodoviário, pois não existe nenhum estudo sobre esta temática no Projeto. Assim, servirá de subsídio para implementar políticas públicas que assegurem melhores condições para o migrante quando sua chegada à cidade. Os procedimentos metodológicos desta pesquisa se constituíram nas seguintes etapas: 1ª) organização de categorias teóricas de análise e elaboração de um quadro teórico: êxodo rural, migração, trabalho e precarização; 2ª) Tendo como eixo as questões norteadoras, elaboração e aplicação de um questionário com alguns trabalhadores (as) migrantes do oeste catarinense atendido pelo NAF-Rodoviário; Interpretação do material empírico a partir do quadro teórico elaborado, inserindo os dados da pesquisa no próprio referencial de análise na tentativa de exercer a unidade teórico-prática de interpretação.

Palavras-Chave: Migrações, Êxodo-Rural e Trabalho Precarizado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 FUGA DOS TRABALHADORES (AS) DO OESTE CATARINENSE: EM BUSCA DE UMA NOVA REALIDADE.....	14
1.1 O ÊXODO RURAL COMO FORMA DE MIGRAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS.....	14
1.2 AS MIGRAÇÕES INTERNAS E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS.....	24
1.3 O ATENDIMENTO SOCIAL AOS MIGRANTES DO OESTE CATARINENSE: O SERVIÇO SOCIAL NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS.....	28
2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: PRECARIZAÇÃO E DESEMPREGO.....	34
2.1 DA ALIENAÇÃO DO TRABALHO.....	34
2.2 DAS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO: DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL.....	37
2.3 A FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: O TRABALHO PRECARIZADO.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico A - Dados da população conforme o IBGE em 1970.....	15
Gráfico B - Dados da população conforme o IBGE em 1980.....	16
Gráfico C - Dados da população conforme o IBGE em 1991.....	17
Gráfico D - Dados da população conforme o IBGE em 2000.....	18
Gráfico E - Ocupação no Município de Origem.....	21
Gráfico F - Tempo de permanência na cidade de Florianópolis.....	26
Gráfico G - Ocupação no Município de Florianópolis.....	46
Gráfico H - Qualificação profissional dos trabalhadores (as).....	48
Gráfico I - Faixa Etária dos Trabalhadores (as).....	49

INTRODUÇÃO

Durante o estágio não obrigatório, período que compreendeu de fevereiro a julho de 2006, realizado no Núcleo de Apoio à Família (NAF-Rodoviário) que se localiza no Terminal Rita Maria e está vinculado à Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, percebemos o grande número de trabalhadores (as) vindos do oeste catarinense em busca de emprego em Florianópolis. O NAF-Rodoviário tem como objetivo desenvolver ações que visem o acolhimento às famílias e pessoas migrantes vulnerabilizadas sócio-economicamente, proporcionando o resgate de sua cidadania e favorecendo o desenvolvimento pessoal e social. No ano de 2005, dos 546 atendimentos realizados aos usuários catarinenses, 200 eram procedentes dos municípios do oeste catarinense¹. Esses trabalhadores (as) vendem tudo o que possuem em seu município de origem e chegam à capital do Estado sem conhecer ninguém, sem ter emprego e moradia fixa. Muitos ficam vagando pelas ruas em busca de algum auxílio, seja da prefeitura ou de desconhecidos.

Desde que iniciamos o estágio observamos o vínculo ao trabalho informal como na construção civil, na reciclagem, trabalhos domésticos, entre outros.

O fenômeno do êxodo rural, no contexto brasileiro, é tema que, historicamente, tem sido pensado e discutido pela sociedade, sobretudo a partir das últimas décadas com o impulso da luta dos trabalhadores rurais organizados no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Para Fernandes (2000 p. 47):

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido, no seu caráter mais geral, como a luta contra a exposição e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil.

O êxodo rural consiste em uma aceleração do processo migração rural-urbana, caracterizada como um processo de expulsão do homem do campo para as cidades em

¹ Dados obtidos através do Estatístico, relatório mensal das atividades desenvolvidas pelo NAF Rodoviário.

busca de trabalho, devido à ausência de uma política efetiva de reforma agrária, de investimentos governamentais para a agricultura familiar e para a educação dos trabalhadores rurais e suas famílias.

Conforme Camargo:

O êxodo rural é uma forma particular do movimento migratório interno da população dos campos para as cidades. (...) caracteriza-se o êxodo rural, na sua essência, pela liberação da mão-de-obra empregada nas atividades agropecuárias com a conseqüente transferência para as ocupações extra-agrícolas. Tomamos a expressão “Êxodo Rural” no seu sentido mais amplo e corrente da emigração de grandes números de pessoas de zona rural para os centros urbanos (1968, p. 13).

O êxodo rural tem como causas principais o processo de industrialização e geração de empregos nas cidades, além das transformações e problemas no campo decorrentes da concentração fundiária, da mecanização rural e mudanças nas relações de trabalho.

As migrações internas correspondem ao êxodo rural, e ocorreram principalmente por motivos econômicos e desastres ecológicos, como as secas que assolaram o nordeste brasileiro na década de 1960 e que fizeram com que milhares de pessoas abandonassem suas casas no sertão nordestino por falta de alternativa agrícola e políticas sociais na região.

As migrações são movimentos de pessoas de uma região para outra e relacionam-se com as transformações econômicas, sociais e políticas que ocorrem em diferentes lugares. São internas quando ocorrem dentro de um mesmo país e externas quando se dá de um país para outro. A emigração é a saída da população de um lugar, e a imigração é a entrada ou chegada de estrangeiros num lugar.

Cunha classifica migração interna como sendo:

Movimentos populacionais que implicam em mudanças de residência dentro de um determinado espaço geográfico considerado. Excluem-se, portanto, os movimentos pendulares diários que têm como origem a residência e como destino o local de trabalho e vice-versa. As migrações internas têm sido classificadas pela ciência demográfica sob dois parâmetros: o da abrangência do fenômeno em termos de unidades administrativas e dos fluxos: estes considerados em relação à origem e ao destino da população migrante (1998, p. 103-104).

No Brasil, os principais movimentos migratórios surgiram a partir da metade do

século XX, eram realizados pelos nordestinos que se dirigiam para o sudeste, centro-oeste e norte do país. Isto se deve a forte desigualdade social do nordeste brasileiro, que é ocorrência do clima seco e do solo pouco produtivo dos sertões, além de uma desigualdade na distribuição de terras na região. Assim, compreende-se este fenômeno no Brasil a partir da movimentação de migrantes nordestinos e sulistas em busca de trabalho na região sudeste do país, único pólo industrial brasileiro na década de 1970.

Segundo Antunes:

A década de 80 presenciou, nos países do capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho presenciado a mais aguda crise deste século que não só atingiu a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento desses níveis, afetou a sua forma de ser (2002, p. 210).

Desta forma, as transformações do trabalho atingiram não só as ações técnicas e intelectuais, mas a própria subjetividade dos trabalhadores, porque trouxeram novas formas de representação do trabalho para o ser humano, atribuindo às tecnologias uma outra perspectiva do trabalho, que passou por um momento de mudança de seus valores peculiares e alteraram significativamente o perfil do empregado. Essas transformações evidenciam um cenário marcado pela crescente precarização nas relações trabalhistas, desemprego, intensificação no ritmo de trabalho, contratos de tempo parcial, trabalho temporário etc.

É nesse enfoque que pretendemos investigar a migração do campo para a cidade, em especial dos migrantes do oeste catarinense para Florianópolis em busca de emprego e sua inserção no processo de precarização do trabalho.

São objetivos específicos de nossa investigação:

- 1-Refletir as relações de migração entre o campo e a cidade na perspectiva do trabalho;
- 2-Traçar o perfil dos usuários vindos do oeste catarinense e atendidos pelo NAF – Rodoviário, vinculado à Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, mantido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis;
- 3-Levantar alguns elementos sobre as políticas públicas direcionadas para estes trabalhadores e,
- 4-Analisar as condições de trabalho dos migrantes durante o período de permanência em

Florianópolis.

Nossas questões norteadoras estão voltadas para: Quais os motivos que levam os trabalhadores (as) a migrarem do oeste catarinense para a cidade? Quais as condições de trabalho ou que tipo de atividade se inserem estes trabalhadores (as) durante a permanência na cidade? Quais são as políticas públicas para atendimento destes trabalhadores (as) em Florianópolis?

Este trabalho justifica-se pelas seguintes razões: primeiramente busca-se mostrar a esses trabalhadores (as) as condições precárias de atendimento em Florianópolis, bem como sua inserção no trabalho precarizado ou na reprodução das condições de desemprego; posteriormente terá uma grande relevância para os técnicos que atuam no NAF-Rodoviário, pois não existe nenhum estudo sobre esta temática no Projeto. Assim, servirá de subsídio para implementar políticas públicas que assegurem melhores condições para o migrante quando chegam à cidade.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa se constituíram nas seguintes etapas: 1^a) organização de categorias teóricas de análise e elaboração de um quadro teórico: êxodo rural, migração, trabalho e precarização; 2^a) Tendo como eixo as questões norteadoras, elaboração e aplicação de um questionário² com alguns trabalhadores (as) migrantes do oeste catarinense atendido pelo NAF – Rodoviário; 3^a) Interpretação do material empírico a partir do quadro teórico elaborado, inserindo os dados da pesquisa no próprio referencial de análise na tentativa de exercer a unidade teórico-prática de interpretação.

A apresentação deste trabalho está dividida em 2 (dois) capítulos. No primeiro capítulo abordaremos o êxodo rural e sua conceituação como uma das formas de migração interna, além do processo de urbanização em Florianópolis e o atendimento social realizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis aos migrantes do oeste catarinense. No segundo capítulo realizamos uma breve discussão das transformações no mundo do trabalho partindo da alienação do trabalho, faremos também um resgate histórico do fordismo à acumulação flexível e por fim, abordaremos o trabalho precarizado que surgiu como uma expressão do neoliberalismo.

² Durante o mês de maio de 2006 foram aplicados questionários com 20 (vinte) trabalhadores (as), que vieram do Oeste Catarinense para Florianópolis em busca de emprego.

1 FUGA DOS TRABALHADORES (AS) DO OESTE CATARINENSE: EM BUSCA DE UMA NOVA REALIDADE

1.1 O ÊXODO RURAL COMO FORMA DE MIGRAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

O êxodo rural é tratado como um dos principais aspectos que apresentam o movimento populacional horizontal denominado migração interna. Os movimentos migratórios respondem pelo processo de esvaziamento da população rural. Em termos nacionais, a intensidade do movimento de desruralização parece não se ter atenuado muito nos últimos 50 anos. Entre 1950 e 1980, as áreas rurais das regiões Sudeste e Sul forneceram um volume expressivo de migrantes para as áreas urbanas.

O Brasil era uma sociedade rural até a década de 1930, entretanto, com a crise econômica mundial, redirecionou sua economia iniciando um fluxo migratório em direção às cidades.

Com a introdução de máquinas e técnicas modernas de cultivo e produção no período que compreendeu de 1945 a 1980, as modificações nas relações de produção impulsionaram a urbanização e no campo, reduziu-se a demanda por força de trabalho. Os desempregados então, migram para os centros urbanizados em busca de trabalho. Já os pequenos proprietários por não possuírem recursos necessários para acompanhar as mudanças das técnicas de produção, tendem a deixar o campo e também vir para os centros urbanos.

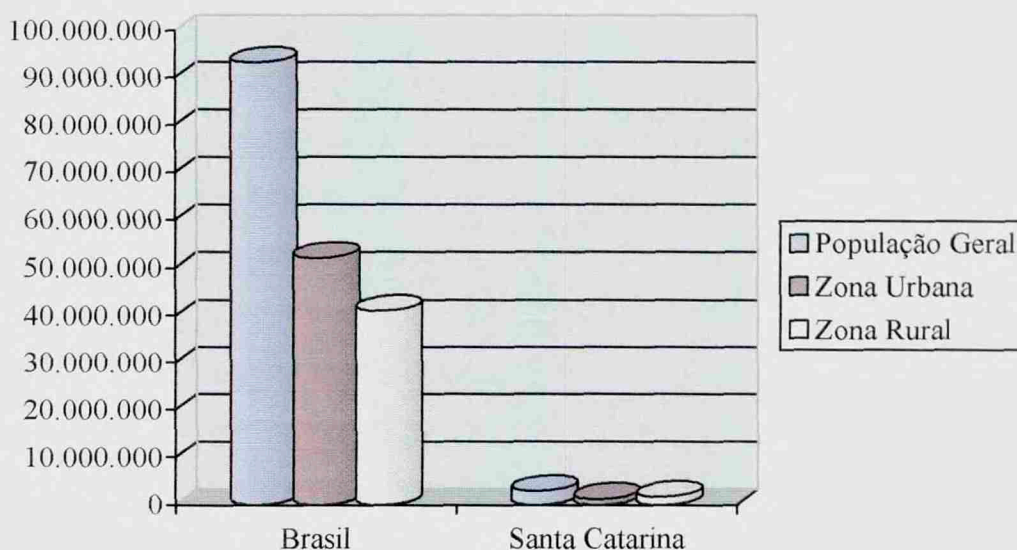
A transferência de trabalhadores (as) rurais para os sistemas econômicos mais produtivos, dá-se de forma repulsiva, através de forças sociais que emanam da adaptação às novas exigências de mercado e recursos para acompanhar as mudanças das técnicas de produção, tarefa de acesso restrito aos produtores rurais.

A partir de 1965, o crescimento demográfico aliado à modernização dos setores produtivos acelerou ainda mais o movimento migratório, que foram facilitados pelos fortes investimentos em infra-estrutura, especialmente em sistemas de transportes e comunicação.

De acordo com o IBGE, em 1970 podemos observar que apenas 44% da população brasileira concentrava-se na zona rural, ao passo que 56% dos brasileiros residiam na zona urbana. Tomando estes índices para o Estado de Santa Catarina, âmbito em que se

localizam as regiões que são focos de nossa investigação, observamos que 55% da população catarinense concentrava-se na zona urbana, enquanto 45% dos catarinenses residiam na zona rural.

Gráfico A - Dados da população conforme o IBGE em 1970



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Projetos e Entidades, **Censos Demográficos**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de outubro de 2005.

Podemos observar no gráfico, o crescente processo de urbanização do Brasil que junto com o desenvolvimento industrial a partir da década de 70, contribuiu para o surgimento de áreas agrícolas destinadas à produção de matérias-primas industriais, de produtos hortifrutigranjeiros e de uma pecuária leiteira desenvolvida em planaltos. A atividade pecuária foi responsável por grandes transformações no uso e no emprego de técnicas na agricultura, acelerando a ocupação do Brasil e ocasionando modificações na natureza.

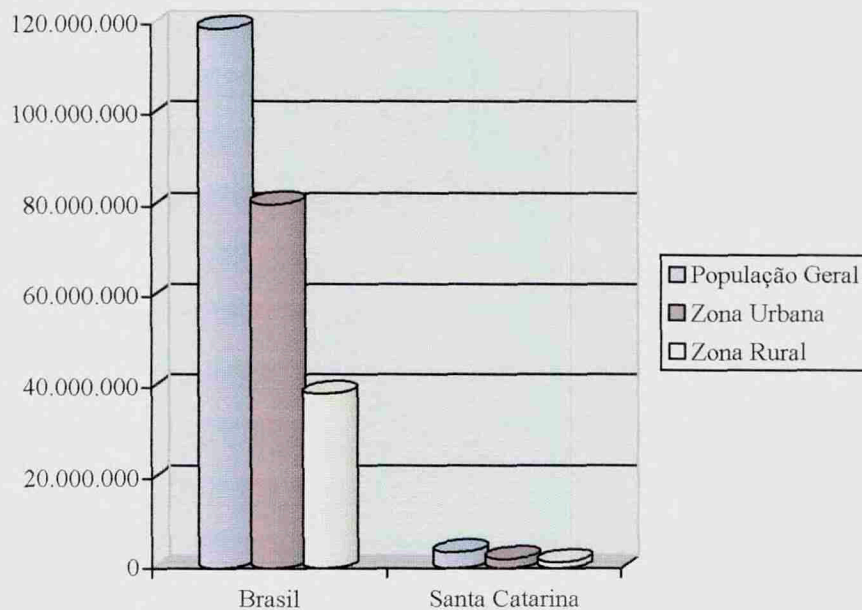
Por outro lado, a modernização também atingiu as atividades agrárias gerando desemprego e miséria nas zonas rurais, o que levou um grande contingente populacional do campo em direção às cidades. Esse período foi marcado por intensas migrações, tanto no sentido do campo para as cidades, como num quadro mais amplo, dos estados e regiões de economia agrária para o Sudeste industrializado.

Este fenômeno obteve mais destaque nas décadas de 70 e 80, onde a densidade

populacional já superava a estimativa, fazendo com que as expressões da questão social ganhassem maiores dimensões, sobretudo, com o aprofundamento da pobreza.

De acordo com o IBGE, em 1980 podemos observar que apenas 32% da população brasileira concentrava-se na zona rural, ao passo de que 68% dos brasileiros residiam na zona urbana. Tomando estes índices para o Estado de Santa Catarina, observamos que 22% da população catarinense concentrava-se na zona rural, enquanto 78% dos catarinenses residiam na zona urbana.

Gráfico B - Dados da população conforme o IBGE em 1980

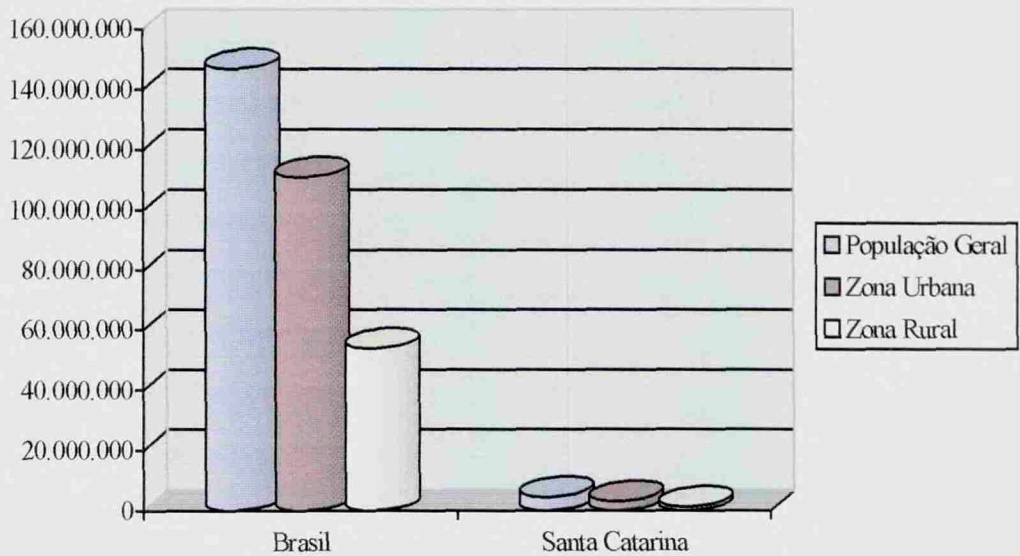


Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Projetos e Entidades, **Censos Demográficos**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de outubro de 2005.

Analisando o gráfico percebemos uma aceleração do processo de êxodo rural devido à falta de investimento na agricultura familiar. Nesta década, o Brasil se consolida como um país urbanizado e sofre um aumento acelerado da população nas cidades, iniciando o processo de formação de favelas, loteamentos clandestinos e ocupações em áreas de risco. As cidades acabam tornando-se as maiores chances de emprego, pois significam para os trabalhadores (as) novas possibilidades de concretizar seus sonhos, sejam eles no campo afetivo ou no campo profissional.

Esse período também foi marcado pelas diversas crises do capitalismo em decorrência do enfraquecimento do taylorismo e do esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista (que fez necessária a intervenção governamental nas atividades econômicas). Inicia-se através desta crise, o processo de privatização do Estado que resultou num nível elevado de exclusão social, falta trabalho e moradia.

Gráfico C - Dados da população conforme o IBGE em 1991



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Projetos e Entidades, **Censos Demográficos**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de outubro de 2005.

De acordo com o IBGE, em 1991, apenas 37% da população brasileira concentrava-se na zona rural, ao passo que 63% dos brasileiros residiam na zona urbana. Tomando estes índices para o Estado de Santa Catarina, observamos que 29% da população catarinense concentrava-se na zona rural, enquanto 71% dos catarinenses residiam na zona urbana.

Analisando o gráfico podemos perceber as alterações ocorridas no Brasil na década de 1990, que são frutos das mudanças impostas pelo neoliberalismo que geraram uma crise econômica e provocaram alterações na agricultura, como falta de investimento financeiro, acelerando o processo de migração.

A década de 1990 foi impulsionada pelo aumento da pobreza urbana. As migrações rurais somam-se aos processos de instabilidade e de falta do emprego urbano, agravando a

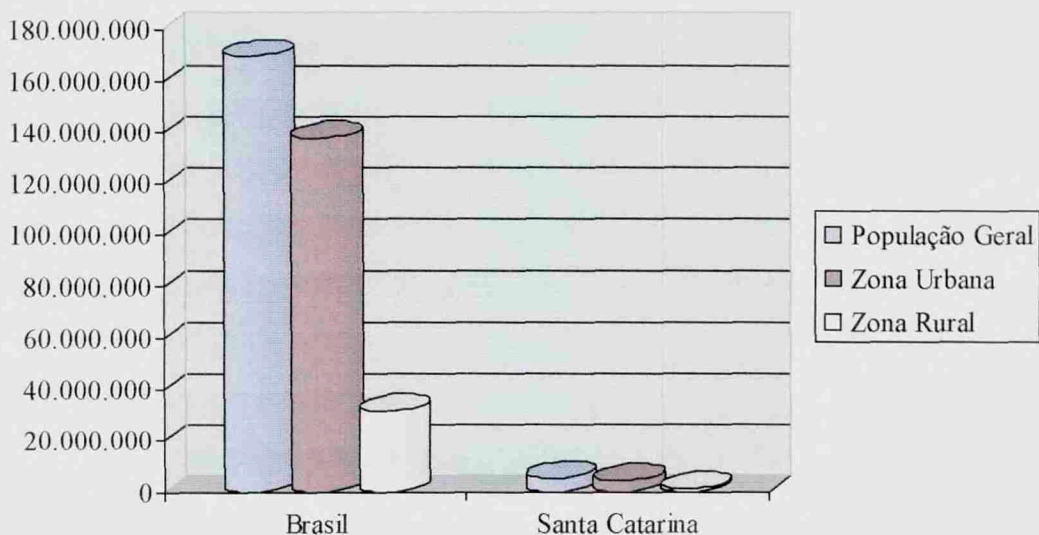
situação de exclusão estrutural dos países do Terceiro Mundo. A migração reflete esse processo, atraindo uma população empobrecida e pouco qualificada para trabalhos urbanos.

Neste sentido, Singer (1981, p. 224):

(...) considera que as migrações podem ser as “conseqüências demográficas do progresso técnico que consiste a essência da industrialização, mas que ao mesmo tempo é resultante da ação dos mecanismos de mercado, o qual através do maior direcionamento dos investimentos às cidades, cria as condições econômicas que impulsionam as migrações campo-cidade e as desigualdades regionais.

Percebemos no gráfico que no ano 2000, apenas 19% da população brasileira concentrava-se na zona rural, ao passo que 81% dos brasileiros residiam na zona urbana. Tomando estes índices para o Estado de Santa Catarina, observamos que 21% da população catarinense concentrava-se na zona rural, enquanto 79% dos catarinenses residiam na zona urbana.

Gráfico D - Dados da população conforme o IBGE em 2000



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Projetos e Entidades, **Censos Demográficos**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de outubro de 2005.

Analisando o gráfico percebemos o aumento da população urbana em parte provida de áreas rurais e baixa renda. A população migrante vem atraída pelas possibilidades de conseguir melhores condições de vida, pois faltam investimentos para que essas famílias permaneçam no campo. Entre os fatores atrativos nas cidades, destaca-se a demanda por força de trabalho, não apenas a gerada por grandes indústrias como também a que resulta da expansão dos serviços, porém, a incapacidade de absorção do mercado de trabalho gera um declínio no quadro de qualidade de vida nas cidades.

Para Singer (1981, p. 80):

O trabalhador migrante não é um fenômeno do século XX. Homens e mulheres têm abandonado os seus países, seus estados e suas cidades em busca de trabalho em outros lugares, desde que existe o sistema do trabalho remunerado. Porém, hoje, a diferença está em que o número de trabalhadores migrantes é muito superior ao verificado em qualquer outro período da história da humanidade.

Assim podemos considerar alguns fatores que contribuem para este processo de migração:

- A concentração fundiária na mão de grandes agricultores que gera historicamente a expulsão do pequeno agricultor e sua família do campo;
- O investimento no setor agrário não se concentra na agricultura familiar, nos pequenos produtores, mas sim numa agricultura de maior escala e de capital intensivo;
- O desenvolvimento rural, que dá especial importância ao melhoramento das infra-estruturas, através da construção de estradas etc, tem como consequência o aumento da migração para as cidades porque estas estão agora mais acessíveis.

Cabe ressaltar que a produção agrícola depende de uma seqüência climática que ativa o ciclo biológico das plantas ou animais, criando um padrão sazonal, de estação e de demanda por trabalho no campo. O pico da demanda por mão-de-obra ocorre normalmente em períodos de atividades que exigem o uso intensivo de trabalho, tais como preparação da terra, capina, colheita etc. Estes períodos seguem alguns padrões cíclicos, intercalados com períodos de baixa demanda por mão-de-obra no campo.

Assim, a produtividade da mão-de-obra no campo oscila de acordo com as fases do ciclo produtivo da agricultura ou de acordo com variações entre um ciclo produtivo e outro, devido a mudanças no padrão do clima, no preço do produto, nos preços dos

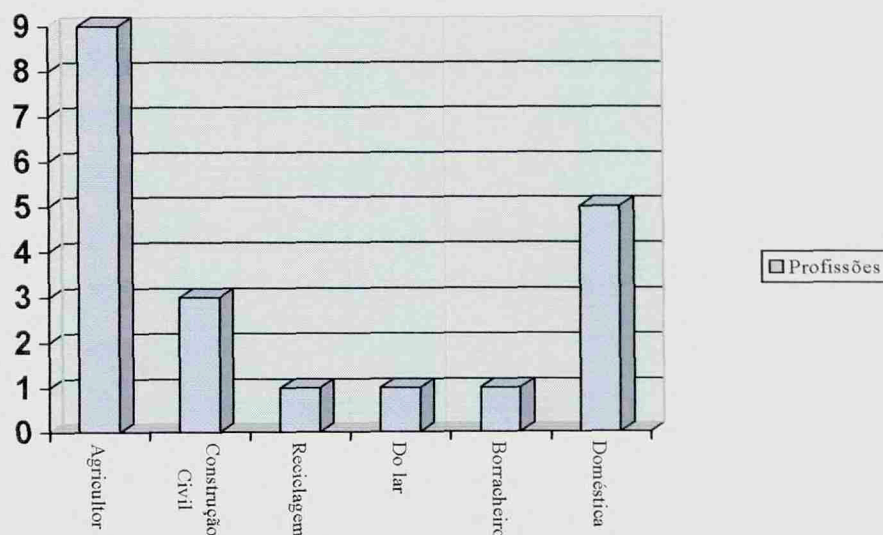
insumos etc. Estas variações podem produzir instabilidade na renda dos agricultores, levando os mesmos a perseguirem uma estratégia de emprego que diversifique suas fontes de renda. Desta forma, o processo de migração apresenta-se como o resultado de um desequilíbrio demográfico causado principalmente pela evasão do campo, pois faltam políticas públicas que sejam capazes de oferecer condições para que os trabalhadores (as) permaneçam no campo.

Conforme Cunha (1998, p. 60):

Desde o início da colonização do oeste catarinense apresentou-se a peculiar característica de que suas terras foram colonizadas segundo um modelo minifundiário de estrutura agrária. A produção agropecuária da região se baseou em culturas diversificadas, como o cultivo de produtos básicos (milho, arroz, feijão) e a criação de animais de serviço e de consumo, como suínos e aves. O oeste catarinense como pólo produtor de produtos agropecuários, foi o processo de modernização da agricultura ali desenvolvido. A existência de uma produção familiar dinâmica já articulada ao processo de agroindustrialização, aliada a uma importante estrutura de suporte técnico montada pelo estado e ao importante parque agroindustrial catarinense, que no período já se encontrava em expansão, foram os principais fatores que elevaram a região à condição de liderança na produção e comercialização de produtos agropecuários.

Estes dados se confirmam através dos resultados obtidos com a pesquisa analisando as profissões desenvolvidas no município de origem, 09 (nove) dos trabalhadores (as) eram agricultores, 03 (três) trabalhavam na construção civil, 01 (um) trabalhava na reciclagem, 01 (um) trabalhador era borracheiro, 01 (uma) era dona de casa e 05 (cinco) eram empregadas domésticas.

Gráfico E - Ocupação no Município de Origem



Fonte: Informações obtidas através da pesquisa realizada com os trabalhadores (as) do oeste catarinense e atendidos pelo NAF-Rodoviário.

A transferência dos agricultores para as cidades dá-se de forma repulsiva, através de forças sociais que emanam da adaptação às novas exigências de mercado e recursos para acompanhar as mudanças das técnicas de produção, pois novas tecnologias estão surgindo e cabe a cada agricultor realizar estas mudanças. Mas para realizá-las, necessita-se de recursos financeiros que nem sempre o pequeno agricultor possui, cabendo então ao Governo disponibilizar estes planos para investimentos.

O oeste catarinense constitui-se, em sua grande maioria, por estabelecimentos agrícolas de trabalho familiar. As mulheres, geralmente com um grande número de filhos, possuem uma dupla jornada de trabalho: na roça com seus maridos e em casa fazendo as tarefas domésticas. As crianças também trabalham na roça, as brincadeiras não estão de fora de suas vidas: brincar de roda, caçar e nadar em rios são ações comuns às crianças do oeste catarinense.

Com o passar do tempo, as dificuldades aumentam e as perspectivas de melhores condições vão cada vez mais longe. Torna-se comum os casos de rapazes e mesmo homens casados deslocarem-se por vários estados do Brasil e em países vizinhos a serviço de empreiteiras. As mulheres ficam cuidando dos filhos, dos demais afazeres da casa e da propriedade, enquanto os homens vão trabalhar em serrarias, reflorestamento ou na construção civil.

O processo de urbanização da economia brasileira aprofundou a pobreza e as desigualdades sociais, pois esteve apoiado numa maior concentração de renda. Apesar da expansão das camadas médias, que apresentam um bom poder aquisitivo e contribuem para a expansão do mercado consumidor, a diferença de rendimentos entre ricos e pobres é hoje muito maior do que no início da modernização.

O desenvolvimento da zona urbana veio, portanto, acompanhado de problemas sociais e ambientais, tais como a falta de moradias e favelização, a carência de infraestrutura urbana, o crescimento da economia informal, a poluição, ocupação desordenada e ausência de planejamento urbano, periferização da população pobre e ocupação de áreas de mananciais, entre outras expressões que agravaram a questão social no Brasil.

Segundo Schappo,

Na década de 1990, o fenômeno migratório agravou-se, dada a crise nacional que afetou a economia do Oeste Catarinense, pela redução da demanda por produtos agrícolas e pela diminuição do crédito para custeio e investimento agrícolas e agroindustriais. O resultado disso foi um intenso processo de exclusão de suinocultores da atividade...o esgotamento dos recursos naturais e a redução da rentabilidade de alguns produtos tradicionais, como milho, suínos e feijão. (2004, p. 235).

Durante o governo Fernando Collor e do seu sucessor Itamar Franco, os investimentos na agricultura foram insuficientes para manter as famílias no campo, a falta de insumos agrícolas acarretou em diversos problemas assim, o trabalho foi ficando escasso e as famílias começaram a migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Devido a esses fatores presenciamos o crescimento desordenado da população nas cidades de todo o país nas últimas décadas, que provoca um acentuado aumento dos problemas de marginalização social e desemprego, ocasionando diversas formas de violência e o aumento do narcotráfico. Este é o cenário que se apresenta no mundo globalizado.

O fenômeno da globalização, que extrapola a criação de um mercado unificado, é sem dúvida o mais marcante do mundo na contemporaneidade. É a tentativa de dominação dos países desenvolvidos em relação aos demais, através do monopólio de mercado, decorrente da intensificação do capitalismo, do mercado de consumo e da exploração do trabalhador.

Conforme Ianni:

A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupo e classes sociais, econômicas e sociedade, culturas e civilizações. Assinala emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória (2001, p. 11).

O processo de globalização da economia vem trazendo consequências não apenas econômicas, mas induzindo transformações políticas, sociais e culturais, ocasionando mudanças marcadas pelo empobrecimento da população, redução dos gastos com políticas sociais públicas, minimização do papel do Estado, fortalecimento do mercado e deterioração das condições de vida da população. O contexto acima referido vem também interferindo no mundo do trabalho, onde surgem mudanças significativas, como: aumento do desemprego, ampliação do trabalho precarizado e informal.

A abertura da economia e a globalização são processos irreversíveis que nos atingem no dia-a-dia das formas mais variadas. Temos de aprender a conviver com isso porque existem mudanças positivas para o nosso cotidiano e mudanças que estão tornando a vida de muita gente mais difícil. Um dos efeitos negativos do intercâmbio maior entre os diversos países do mundo, causado pela necessidade de modernização e de aumento da competitividade das empresas é o desemprego, que no Brasil vem batendo um recorde atrás do outro. Para reduzir custos e poder baixar os preços, as empresas tiveram que aprender a produzir mais com menos trabalhadores e incorporar novas tecnologias e máquinas. O trabalhador perdeu espaço e este é um dos grandes desafios que, não só o Brasil, mas algumas das principais economias do mundo têm hoje pela frente: crescer o suficiente para absorver a mão-de-obra disponível no mercado, considerando o aumento da distância e da dependência tecnológica dos países periféricos em relação aos desenvolvidos. A questão que se coloca nesses tempos é como identificar e aproveitar as oportunidades que estão surgindo de uma economia internacional cada vez mais integrada.

1.2 AS MIGRAÇÕES INTERNAS E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS

O município de Florianópolis apresenta ao longo dos últimos anos um processo de urbanização e aumento da população que vem causando impactos visíveis no campo social e ambiental. Há um processo de ocupação territorial irregular em áreas de preservação permanente, encostas, morros, mangues, dunas, entre outros, onde as pessoas vivem de forma insalubre sem acesso a serviços básicos como água e energia elétrica.

Atualmente, é considerado como um município de grande porte, segundo dados gerais da Política Nacional da Assistência Social, pois tem uma população de aproximadamente 352.000 habitantes (IBGE, 2000).

Utiliza-se muito das belezas naturais da cidade que são 42% de sua área total e consideradas de preservação permanente, possuindo 112 km de costa, 42 praias e lagoas. Isto acarreta no turismo sazonal, de estação e na migração de pessoas com bom poder aquisitivo que procuram a cidade para morar. Os migrantes pobres, por outro lado, têm de lutar para poder se manter na cidade, porque o custo de vida é um dos mais caros do país.

Florianópolis enquadra-se na descrição do migratório atípico, porém apresenta a peculiaridade de atrair não apenas migrantes rurais pobres e não qualificados, mas também migrantes de classe média e alta, cultos e oriundos dos grandes centros urbanos do país, seja pelo decréscimo ou estagnação das atividades econômicas em seus locais de origem, seja pela melhor qualidade de vida de Florianópolis. Este processo vem produzindo um crescimento populacional significativo em todas as classes sociais. Todos esses fatores atraem um considerável número de pessoas que buscam qualidade de vida e que vêem no município uma oportunidade para melhorar sua condição.

Este movimento de urbanização teve complicações no cotidiano de muitos, de modo especial para os que deixaram o campo. Os sonhos e as esperanças, alimentadas pela mudança do Oeste para a Capital, imediatamente se mostram difíceis e estranhos. Já havia certa consciência de que a vida na cidade não seria fácil, pois as experiências em enfrentar dificuldades indicavam isso, mas para muitos trabalhadores (as) os planos eram concebidos em busca da realização de um sonho, a busca por um emprego.

Parcela desta população, não tem encontrado condições de trabalho para seu sustento e de sua família. Torna-se um contexto propício de favelização e marginalização desencadeado pela falta de moradia, desemprego e aumento crescente da pobreza,

refletindo na dinâmica familiar. Florianópolis também vem sofrendo com o desemprego, principalmente devido ao fato de receber um grande fluxo migratório.

As políticas sociais públicas de educação, saúde, assistência social entre outras, não conseguem suprir a demanda desta população em situação de risco e vulnerabilidade. Desta forma é imprescindível que o Estado e o Município atuem para amenizar o impacto destas transformações na vida das pessoas através de políticas sociais que possam propiciar uma melhor condição de vida à população.

Florianópolis, nas últimas décadas, vem confirmando, infelizmente, uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Uma Cidade desigual, exposta ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania.

A imagem criada de Florianópolis tanto para os turistas quanto para os migrantes é de uma cidade maravilhosa, uma ilha mágica onde a vida é calma e a qualidade de vida prevalece, porém, quem vive este cotidiano sabe que Florianópolis tem sérios problemas com a violência³.

Conforme Fantim:

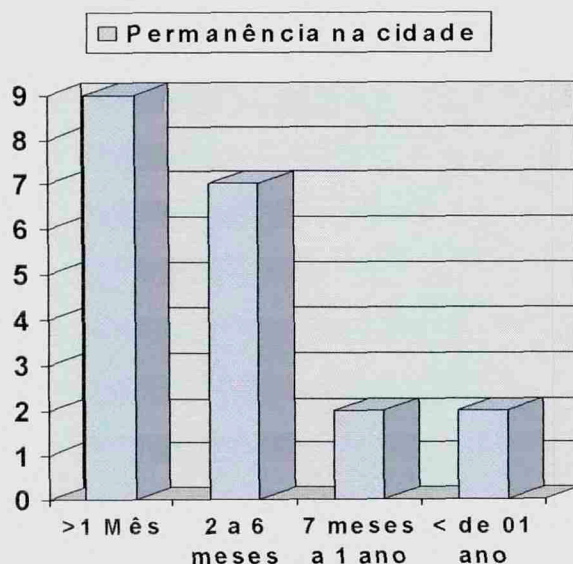
O discurso publicitário traduz em signos a mais perfeita representação do ideal do bem viver e do prazer. Se, de um lado, isto faz parte do “marketing da cidade” e da essência da ação publicitária (produzir desejos e necessidades), por outro projeta-se no imaginário coletivo social uma representação de cidade (e induz a um projeto de cidade) que acentua um “ethos” de cidade turística, cidade do lazer: “O melhor lugar do mundo é aqui”. Nesse discurso do “mercado” Florianópolis transforma-se no “Paraíso Internacional”, na “Ilha da Magia”, na “Capital Turística do MERCOSUL” e recentemente, na capital de melhor qualidade de vida do Brasil (2000, p. 72).

Realmente a imagem que se tem de Florianópolis é de uma cidade turística cheia de atrativos e oportunidades para quem quer tentar a vida na cidade. Durante a aplicação do questionário, o que foi percebido é que a maioria dos entrevistados acreditava que Florianópolis iria lhe oferecer uma melhor qualidade de vida e um bom emprego. Através desta imagem transmitida pela mídia, os trabalhadores (as) acreditavam que ao desembarcar em Florianópolis logo conseguiriam emprego. Esta informação se confirma

³ Em 2005 foram constatados 115 homicídios e em 2006 já são 32 homicídios até o dia 29/05/2006. Fonte: SSP/SC.

com a pesquisa, pois a maioria dos trabalhadores permaneceu apenas 01 mês na cidade reafirmando a perspectiva de chegar e logo conseguir um bom trabalho, conforme analisaremos:

Gráfico F - Tempo de permanência na cidade de Florianópolis



Fonte: Informações obtidas através da pesquisa realizada com os trabalhadores (as) do oeste catarinense e atendidos pelo NAF-Rodoviário.

Analisando o gráfico, 09 (nove) trabalhadores (as) permaneceram até um mês na cidade, 07 (sete) trabalhadores (as) permaneceram entre 02 a 06 meses na cidade e 02 (dois) trabalhadores (as) permaneceram mais de 01 ano. Muitos tinham consigo sonhos e a esperança de que na cidade grande seria diferente, tinham consciência de que a vida não seria fácil, mas arriscaram todas as possibilidades sem sucesso. De qualquer forma, logo na chegada já foram percebidas as dificuldades, pois a maioria não consegue manter-se na cidade por mais de um mês. Alguns ainda foram corajosos, não desistiram fácil do seu sonho que era arrumar um trabalho e uma vida digna, conseguiram permanecer por mais de 6 (seis) meses na cidade. Conforme observaremos nos relatos:

1 - Foi bom permanecer na cidade, mas não me acostumei com a cidade grande, pois sou do interior do município (C.L.C. 28 anos).

2 - Alcancei meus objetivos, consegui um trabalho, mas não consigo viver longe minha família, não tenho condições emocionais de ficar longe dela (R.S. 29 anos).

3 - Valeu a pena consegui um trabalho, mas estou longe da minha família isto é ruim (L.O.B. 25 anos).

- 4 - Me dei muito bem, em todos lugares que fui, fui bem atendida. Consegui alcançar meus objetivos, mas meu filho ficou doente do coração e tive que voltar para cuidar dele (M.I.D. 32 anos).
- 5 - Valeu a pena ter vindo, pois venho em busca de novas experiências (J.D.V. 33 anos).
- 6 - Foi tudo bom no início consegui um trabalho até minha casa pegar fogo e eu e minha esposa e 2 filhos ficamos na rua (J.P.S. 40 anos).
- 7- A cidade tem um custo de vida muito alto é difícil se manter aqui (R.O. 50 anos).
- 8- Ruim, passei fome frio e ainda adoeci (A.S. 31 anos).
- 9- Adoeci quando cheguei na cidade, fui direto para o hospital, lá fui bem atendido alcancei meu objetivo que era terminar o tratamento de saúde. (O.S. 18 anos).
- 10- Péssimo estou passando fome nesta cidade (A.F.P. 35 anos).
- 11- Não encontrei um trabalho e me perdi do meu irmão (A.C.L. 39 anos).
- 12- Gostei da cidade, mas não consegui um trabalho fixo (T.R. 20 anos).
- 13- No período da temporada tem emprego, mas passando a temporada não tem nada (M.M. 22 anos).
- 14- Dei asas a minha imaginação, chegou aqui não consegui emprego (M.P. 25 anos).
- 15- A cidade é boa, não tinha planos de ir embora, mas terminou o serviço e não tenho mais onde ficar (V.P.M. 37 anos).
- 16- Tem emprego na cidade, mas se paga muito pouco e ainda dependo de aluguel (G.C. 30 anos).
- 17- Não dei sorte nesta época é ruim de serviço (A.C. 65 anos)
- 18- Sai com a ilusão de conseguir um emprego, para dar uma vida melhor para minha família me decepcionei (P.C.G. 50 anos).

Os relatos foram obtidos através das entrevistas realizadas com os trabalhadores (as) que foram atendidos no mês de maio no NAF-Rodoviário e descrevem como cada trabalhador (a) observou a cidade. Existem algumas contradições, alguns relatam que tem trabalho, mas tem que ter qualificação profissional, outros não tiveram a mesma opinião e argumentaram não encontrar trabalho. Muitos estavam nas ruas da cidade e adoeceram, pois não se alimentavam direito e não havia um local ideal para dormir. Ocorreram desencontros entre sujeitos e famílias que se perderam pela cidade.

Para muitos trabalhadores (as), os primeiros dias na cidade foram marcados de sentimentos que variavam, de um lado, a angústia, o medo, a apreensão e a dúvida, e de outro, a expectativa de vencer mais este desafio em um novo ambiente, que também se apresentava como oportunidade de uma vida melhor. Tratava-se não apenas da mudança de lugar de moradia, mas também de uma cidade diferente, muito diferente de tudo que já haviam experimentado. As dificuldades de adaptação não tinham apenas componentes emocionais, mas eram agravadas pelas limitações econômicas que esses trabalhadores (as) enfrentavam.

As famílias chegam para busca de algo melhor, mas se deparam com inúmeras dificuldades e assim redes de apoio de diversos tipos são tecidas. Podemos perceber com os resultados da pesquisa que muitas pessoas vêm a Florianópolis para trabalhar na temporada de verão, o problema é que quando termina esse período, elas ficam vagando pelas ruas e acabam procurando o projeto NAF-Rodoviário.

Muitos trabalhadores (as) vêm para a cidade devido ao falso discurso de “emprego fácil” e de boa remuneração. Chegando à cidade, percebem que a realidade é muito diferente do que eles imaginavam e que faltam locais para acolher os migrantes que buscam a inserção no mercado de trabalho.

Todos vieram em busca de um sonho, um trabalho que lhes pudessem garantir um bom salário para poder dar uma melhor qualidade de vida para suas famílias, estejam elas em Florianópolis ou nas cidades do oeste catarinense.

A seguir apresentaremos o Serviço Social na Prefeitura Municipal de Florianópolis e políticas públicas de atendimento aos migrantes desenvolvidas pelo Município.

1.3 O ATENDIMENTO SOCIAL AOS MIGRANTES DO OESTE CATARINENSE: O SERVIÇO SOCIAL NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

A Prefeitura Municipal de Florianópolis⁴ é uma organização pública, com administração direta e caráter governamental, responsável pelo desenvolvimento do município e pelo bem estar dos munícipes. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, pois toda a arrecadação do município provém de tributos, que é revertida em investimentos como centros de saúde, escolas, obras de infra-estrutura, entre outros, indispensáveis para o bem da população.

A Prefeitura é atualmente administrada pelo Prefeito Dário Elias Berger, sendo constituída por 7.234 funcionários, entre servidores públicos, servidores terceirizados e estagiários de diversas áreas, sendo, portanto, considerada uma instituição de grande porte.

⁴ A estrutura organizacional da Prefeitura é composta pelo Gabinete do Prefeito, Gabinete de Planejamento, Procuradoria Geral do Município, Secretaria da Saúde, Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, Secretaria de Finanças, Secretaria da Administração, Secretaria de Turismo, Secretaria de Educação, Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, Fundação do Meio Ambiente, Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascais, Fundação Municipal de Esportes e Secretaria Regional do Continente.

É uma organização pública, possuindo como finalidade o planejamento, organização e controle da promoção da qualidade de vida com crescimento e desenvolvimento político, cultural, social, econômico e turístico dos municípios. Tem como missão “promover o bem-estar da gente Florianopolitana”, e a missão da atual gestão é:

Promover ações solidárias com a sociedade nos campos da saúde e desenvolvimento sócio-econômico, educação, cultura, lazer, transporte e infra-estrutura urbana, visando o desenvolvimento sustentado em prol da qualidade de vida e cidadania das pessoas (SITE OFICIAL DA PMF)⁵.

Através dos dados obtidos em nossa investigação, percebemos que os trabalhadores (as) não foram privilegiados com as “ações solidárias” devido à situação de vulnerabilidade social que se encontravam. Alguns trabalhadores (as) adoeceram, outro trabalhador (a) teve sua casa incendiada e muitas famílias permaneceram na rua por vários dias, todos eles não receberam nenhum auxílio da Prefeitura. Então observamos que as políticas sociais públicas de educação, saúde, assistência social entre outras, não conseguem suprir a demanda desta população em situação de risco e vulnerabilidade.

Com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passa a ser reconhecida como Política Social Pública, não contributiva, ao lado da Saúde e Previdência Social. A partir da criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº. 8.742 (Brasil, 1993), tornou-se mais evidente a necessidade de criação de uma nova Secretaria, tendo em vista que essa nova Lei introduziu o caráter de universalização dos direitos. Conforme a LOAS, em seu capítulo I, art. 1º:

A assistência, direito do cidadão e dever do Estado, é uma política da seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

As ações governamentais na área de assistência social começaram a ser realizadas com recursos do orçamento da seguridade social e organizadas com base na descentralização político-administrativa, cabendo à esfera federal a coordenação e as normas gerais, e às esferas estadual e municipal, a coordenação e execução dos respectivos

⁵ Disponível em: <http://www.pmf.sc.org.br>. Acesso em: 15 de maio de 2005.

programas, bem como às entidades beneficentes e de assistência social. A participação popular realiza-se por meio de organizações representativas que atuam na formulação de políticas públicas e no controle das ações em todos os níveis (Art. 5º ao Art. 11º – LOAS).

O Serviço Social exerce suas atividades na administração municipal à medida que tem como compromisso a construção de uma sociedade democrática e pressupõe a cobertura das necessidades sociais na busca da universalidade do acesso aos direitos sociais:

Por isso, falar da Assistência Social como política, e não como ação guiada pela improvisação, pela intuição e pelo sentimentalismo (por mais bem intencionados que sejam), é falar de um processo complexo que, embora não descarte o sentimento (de cooperação, de solidariedade e até de indignação diante das iniquidades sociais). É ao mesmo tempo um processo racional, ético e cívico (PEREIRA, 2001, p. 220).

Uma das principais atribuições do Serviço Social na Instituição é dar cumprimento às ações necessárias para fortalecer os direitos aos serviços sociais, na direção do acesso universal e de qualidade a esses serviços.

A Secretaria da Criança, Adolescente, Idosos, Família e Desenvolvimento Social está estruturada em quatro Gerências:

- 1º Gerência Administrativa Financeira;
- 2º Gerência de Atenção ao Idoso;
- 3º Gerência da Criança e do Adolescente;
- 4º Gerência da Família.

O NAF-Rodoviário, local privilegiado de aproximação com a realidade que investigamos, está subordinado à Gerência da Família, que tem como finalidade executar os seguintes projetos na área de assistência social:

PROJETO SÓCIO EMERGENCIAL:

Proporciona às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, residentes em Florianópolis, o acesso a benefícios e serviços básicos de Assistência Social, através da concessão de benefícios materiais (cesta básica, fralda geriátrica e infantil, entre outros), além de orientações, encaminhamentos e estudos sociais solicitados por outros órgãos

públicos, que possibilitem aos usuários acesso aos seus direitos em diversas áreas dos serviços públicos.

PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA/ PAIF:

É um programa do Governo Federal que se fundamenta em procedimentos comprometidos com a implantação do sistema básico de proteção social das famílias na perspectiva de superação das condições de vulnerabilidade e de prevenção das situações de risco, em articulação com as demais políticas públicas municipais. Tem como unidade de referência os 5 (cinco) Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, localizados nas regiões: central, norte, sul, continente 1, continente 2.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:

O Programa Bolsa Família é a transferência de renda do Governo Federal, executado pela Prefeitura Municipal que realiza os atendimentos à população, desde o preenchimento dos cadastros, digitação dos mesmos e acompanhamento/esclarecimentos sobre o repasse dos recursos via Cartão Cidadão.

Segundo o Manual do Bolsa Família, o programa tem dois grandes objetivos:

- a) combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar.
- b) Promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

A justificativa utilizada para tal unificação reside no fato de que a pobreza não é um fenômeno setorial e isolado e que seu enfrentamento só será possível se houver uma articulação entre os programas de transferência de renda e ações que garantam o acesso aos serviços públicos básicos.

PROJETO ABORDAGEM DE RUA:

É um projeto que se caracteriza enquanto proposta de atendimento sócio-educativo,

com o compromisso de restabelecer os vínculos familiares e comunitários de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua.

PROJETO NAF-RODOVIÁRIO:

O Projeto NAF – Núcleo de Apoio à Família (NAF-Rodoviário) visa acolher e atender o migrante, através da mobilização da rede de atendimento social de Florianópolis ou do município de origem, bem como os seus familiares e por fim, o retorno a sua cidade de origem, local de nossa investigação e que detalharemos a seguir.

Atualmente localiza-se na Avenida Paulo Fonte nº 1101, no Terminal Rodoviário Rita Maria. Sua equipe de profissionais é composta por duas assistentes sociais⁶, duas estagiárias de serviço social e um estagiário de psicologia.

O NAF-Rodoviário foi criado no ano de 2003, inicialmente um projeto executado com recursos do governo federal que fechou as portas em janeiro e fevereiro de 2005, pois ocorreu o final do convênio, reiniciou suas atividades em março do mesmo ano, sendo executado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Secretaria da Criança, Adolescente, Família, Idoso e Desenvolvimento Social.

Os projetos Abordagem de Rua e NAF-Rodoviário atuam diretamente com os migrantes que passam por Florianópolis. As atividades desenvolvidas não conseguem suprir a grande demanda dos trabalhadores (as) que estão em situação de vulnerabilidade.

O Projeto desenvolve ações que visam o acolhimento dos trabalhadores (as), com o compromisso de restabelecer os vínculos familiares e de orientar as famílias e pessoas migrantes que se encontram em Florianópolis.

Atua com uma rede de apoio fragilizada, mantida pela iniciativa de organizações não governamentais. Assim, são realizados encaminhamentos para o Albergue da Maçonaria, Assistência Preventiva de Apoio a Mulher (APAM) que acolhe mulheres e crianças migrantes em situação de rua e Casa de Passagem São Judas Tadeu que acolhe homens migrantes em situação de rua. Também são oferecidos lanches e *tickets*-banhos durante o atendimento.

Segundo informações da Gerência da Família, a Prefeitura Municipal de Florianópolis está para inaugurar no mês de agosto de 2006, uma casa de passagem mantida pelo município, pois como já citamos anteriormente, as que existem atualmente

⁶ Leyla Franzoni é assistente social e atual coordenadora do NAF-Rodoviário.

são mantidas pelas organizações não governamentais.

O NAF-Rodoviário trabalha com diversas parcerias, dentre elas:

* Projeto Abordagem de Rua: realiza um pré-diagnóstico, encaminhamento e traslado de situações de rua dos migrantes e encaminhamento para comunidades terapêuticas.

* Conselhos Tutelares: acompanham o processo de garantias de direitos em especial junto ao acolhimento e recambiamento (retorno para o município de origem) de crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

* Prefeituras dos Municípios Catarinenses: Tenta-se manter contato telefônico para viabilizar o retorno dos usuários através das ambulâncias, micro-ônibus, vans dos pacientes que vieram para consulta médica em Florianópolis.

O Projeto também se articula junto aos conselhos, entidades governamentais e não governamentais, municípios, regiões e estados, visando a troca de informações de atendimento ao migrante, que possibilitem a construção conjunta de encaminhamentos e a solução de problemas.

No NAF-Rodoviário é a partir do contato diário com os trabalhadores (as) durante os atendimentos, que passamos a conhecer um pouco da realidade de cada trabalhador. Os objetos de trabalho do Serviço Social são as expressões da questão social, as que se relacionam à vulnerabilidade de cada trabalhador, ao desemprego e ao relacionamento com as famílias.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: PRECARIZAÇÃO E DESEMPREGO

2.1 DA ALIENAÇÃO DO TRABALHO

No primeiro capítulo, fizemos uma tentativa de reflexão sobre as migrações e o êxodo rural no contexto brasileiro para compreendermos algumas questões e determinações sobre o objeto de nossa investigação, a migração do campo para a cidade, em especial os migrantes do oeste catarinense que buscam em Florianópolis uma nova opção de trabalho. Desta forma, entendemos ser necessário no presente capítulo, compreender a categoria trabalho na perspectiva teórica que adotamos e seu processo de precarização, dada às transformações históricas que configuram as mudanças na base produtiva da sociedade nas últimas décadas.

Partimos então da concepção marxista sobre o trabalho, conforme ARANHA:

O trabalho estabelece a relação dialética entre teoria e a prática, pela qual uma não pode existir sem a outra: o projeto orienta a ação e esta se altera o projeto, que de novo altera a ação fazendo com que haja mudanças dos procedimentos empregados, o que gera o processo histórico. (...) Além de transformar a natureza, humanizando-as, além de proceder à “comunhão” (à união) dos homens, o trabalho transforma o próprio homem. (...) Isto significa que, pelo trabalho, o homem se autoproduz: desenvolve habilidades e imaginação: aprende a conhecer as forças da natureza e a desafiá-las: conhece as próprias forças e limitações; relaciona-se com os companheiros e vive o afeto de toda a relação: impõem-se uma disciplina (1993, p. 9).

O trabalho além de transformar a natureza, adaptando-as às necessidades humanas, altera o próprio homem, desenvolvendo suas habilidades e imaginação ele se autoproduz. A diferenciação do homem perante os animais se faz a partir do momento em que ele começa a produzir para viver. Entretanto, o homem não age apenas em função das necessidades imediatas e nem se guia pelos instintos, como fazem os animais.

O trabalho é desse modo, o esforço realizado pelos seres humanos e também a sua capacidade de reflexão, criação e coordenação. Assim, a relação do homem com a natureza

e do homem com o próprio homem, é o que o distingue dos animais e move a história. A necessidade de idealizar em sua mente a forma que terá o seu trabalho – a concepção de sua intenção – resulta em ato criativo, através da definição de seus objetivos na materialidade dos objetos, que atende as suas necessidades e desejos.

Iamamoto também nos apresenta o conceito de trabalho:

O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e dos homens. Pelo trabalho se afirma como um ser social, e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material intelectual ou artística. É por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos e as suas necessidades (2001, p. 61).

O trabalho é uma atividade desenvolvida mediante as satisfações das necessidades humanas na natureza, o qual através das atividades realizadas, socializa-se tornando diferenciado da natureza. É uma manifestação da liberdade humana, da capacidade humana de criar a própria forma de existência. Não se trata, certamente, de uma liberdade infinita porque a produção está sempre relacionada com as condições materiais e com as necessidades já criadas; estas condições atuam como fatores limitados em qualquer fase da história.

Pode ser definido como a modificação da natureza operada pelos seres humanos de forma a satisfazer suas necessidades. Nesta relação, os homens modificam e interferem nas coisas naturais, transformando-as em produtos do trabalho. O trabalho, ao mesmo tempo em que organiza e transforma a natureza, organiza e transforma o próprio homem e sua sociedade.

O trabalho não é uma categoria abstrata ou sem localização histórica. Cada sociedade cria suas formas de divisão e organização do trabalho, de regimes de trabalho e de relação entre as pessoas no e para o trabalho, além de instrumentos e técnicas para realizá-lo. O trabalho é central e determinante no sistema de produção capitalista, como fonte de energia imprescindível para seu funcionamento.

O fim do trabalho é criar valores de uso, entretanto, no capitalismo o interesse não é o produto e sim a valorização do capital, neste modo de produção o trabalhador está sob o controle do capitalista. Aqui não se busca produzir algo que tenha só valor de uso, e sim que tenha também valor de troca.

Neste contexto, surge o trabalho alienado, onde o produtor não é proprietário do trabalho e nem dos produtos por ele criados, pois estes são apropriados pelo capitalista senhor dos meios de produção e, momentaneamente, proprietário da própria força de trabalho do operário. Nessas condições, o produto do trabalho aparece ao sujeito da criação, o trabalhador, como algo estranho, uma força independente dele, na qual ele não se reconhece. O trabalho passa a ser forçado e se constitui apenas como um meio de sobrevivência. Assim, surge o trabalho assalariado que é típico do modo de produção capitalista, no qual o trabalhador para sobreviver vende ao patrão sua força de trabalho em troca de um salário.

Chauí nos apresenta o conceito de alienação:

Alienação é o fenômeno pelo qual os homens criam ou produzem alguma coisa, dão independência a essa criatura como se ela existisse por si mesma e em si mesma, deixam-se governar por ela como se ela tivesse poder em si e por si mesma, não se reconhecem na obra que criaram, fazendo-a um outro ser, separado dos homens, superior a eles e com poder sobre eles (2002, p. 170).

A alienação se manifesta a partir do momento que o objeto fabricado se torna alheio ao trabalhador (a) criador, ou seja, ao criar algo fora de si, o homem não se reconhece no objeto criado.

A alienação se dá em três eixos segundo Chauí (2002, p. 172): *alienação social, alienação econômica e alienação intelectual*. Na alienação social os homens criam ou produzem algo com o qual não se identificam mais, fazendo-os um outro ser, separado, superior a eles e com poder sobre eles. Os homens não se reconhecem mais sujeitos sociais, políticos, históricos, como agentes e criadores da realidade em que vivem. A realidade e a práxis dos seres humanos se inter-relacionam e constroem a história, só que o processo de alienação assegura que o homem não se reconheça neste processo.

Através da alienação econômica o trabalhador não reconhece seu trabalho, este é alguma coisa que tem um preço, é um outro que não o trabalhador. As mercadorias não permitem que o trabalhador se reconheça nelas, estão separadas dele, são exteriores a ele e podem mais do que ele, as mercadorias são igualmente um outro, que não o trabalhador.

Chauí, ao falar da alienação intelectual, defende a posição de que os responsáveis por esta alienação “esquecem que as idéias são produzidas por eles para explicar a realidade e passam a crer que elas se encontram gravadas na própria realidade e que eles

apenas descobrem e descrevem sob a forma de teorias gerais” (2002, p. 173). Da mesma forma que não está na origem das suas idéias, pois não passa de mais uma engrenagem, compondo o cenário da máquina social, o indivíduo responsável pelo conhecimento numa sociedade alienada passa também a se alienar. Assim, os intelectuais responsáveis pelo conhecimento se esquecem de que suas idéias estão ligadas às opiniões da classe dominante.

O trabalho alienado é marcado pela rotinização, pelo desprazer e pela exploração do trabalhador, para Cotrin (2000, p. 28) “o processo de alienação afeta milhões de trabalhadores nas sociedades capitalistas modernas, onde a produção econômica transformou-se no objetivo do homem, em vez de o homem ser o objeto da produção”. Na rotina do trabalho alienado o homem vai se transformando em escravo do que ele próprio cria, pois não se reconhece mais como produtor, mas sim como parte integrante do produto.

Neste contexto de trabalho alienado surge o fordismo como forma de racionalização da produção, para isso as empresas deveriam adotar a verticalização, chegando até a dominar as fontes de matéria-prima. O trabalho deveria ser também altamente especializado, cada operário realizando determinada tarefa conforme detalharemos a seguir.

2.2 DAS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO: DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Idealizado pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company, o fordismo se caracteriza por ser um método de produção caracterizado pela produção em série.

O fordismo combina o uso da tecnologia, linha de montagem, com o controle racional do trabalho. Tem como objetivo a separação de concepção e execução, de forma que qualquer iniciativa do trabalhador é desconsiderada, e o mesmo deve manter-se somente no trabalho manual, ficando o trabalho intelectual a cargo de outra pessoa.

O fordismo ganha produtividade com a mecanização da produção, que pode ser homogênea, maior em alguns setores e menor em outros. As empresas automotivas, por exemplo, podem obter vantagens adicionais sobre as concorrentes. Embora a automação

não seja um fator exclusivo na determinação da produtividade, é um componente importante da práxis fordista que acrescenta à intensificação superior do processo de trabalho.

O fordismo teve seu ápice no período pós Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1950 e 1960, pois os capitalistas intensificaram as práticas fordistas e rearticularam estas práticas com a política de pleno emprego e proteção social do Estado. Assim, o *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) surge como resposta aos movimentos sociais e a ameaça de contaminação dos trabalhadores pelo socialismo.

Neste contexto, surge o Estado Keynesiano como o regulador da economia e responsável pelo desenvolvimento econômico, através de políticas fiscais e monetárias, investimento e até endividamento do próprio Estado. Desta forma, o Keynesianismo e o Estado de Bem-Estar Social constituíram o modo de regulação do período de 1945 e 1973. Segundo Abreu (2002, p. 80) “O *welfare state* encarna assim, a institucionalidade do ordenamento societário gestado nos marcos da racionalidade do padrão fordista/taylorista de produção do trabalho, sob a regulação do Estado Keynesiano”. No Keynesianismo a função do Estado é impulsionar e promover o desenvolvimento econômico com responsabilidade nos processos políticos, econômicos e de bem-estar social.

O Modelo Fordista-Keynesiano torna-se hegemônico, o uso do planejamento em larga escala, da racionalização do processo de trabalho (controle do trabalho), da organização do trabalho, do uso de novas tecnologias, do consumo em massa, e da racionalização do planejamento estatal, foi capaz de proporcionar uma infra-estrutura necessária à produção e ao consumo, fornecendo complemento ao salário, com gastos em seguridade social, educação, saúde e moradia (salário social), diferenciando-se quantitativa e qualitativamente no que tange aos gastos.

O *Welfare State* corresponde, a um sistema baseado na livre empresa, mas com a participação do Estado na promoção de benefícios sociais: moradia, saúde, educação, previdência social, seguro-desemprego e a garantia de uma política de pleno emprego.

Conforme Iamamoto (2001, p. 30) “Coube ao Estado viabilizar salários indiretos por meio de políticas públicas, operando uma rede de serviços sociais, que permitisse liberar parte da renda monetária da população para o consumo em massa e conseqüente dinamização da produção econômica”. O *Welfare State* surgiu como um instrumento de controle político das classes capitalistas sobre as classes trabalhadoras, incentivando simultaneamente, a acumulação capitalista.

A política do Estado de Bem Estar Social vai até meados da década de 1970,

período em que começa a se esgotar e ficar evidente a sua incapacidade de conter as contradições advindas do capitalismo. Esta crise sofrida pelos Estados Unidos foi considerada uma crise do próprio modelo, que apresentava queda da produtividade e das margens de lucros.

Conforme Ianni:

O Fordismo, como padrão de organização do trabalho e da produção, passa a combinar-se com ou ser substituído pela flexibilização dos processos de trabalho e produção, um padrão mais sensível às novas exigências do mercado mundial, combinando produtividade, capacidade de inovação e competitividade. Sob todos os aspectos, a nova divisão transnacional do trabalho e produção implica outras e novas formas de organização social e técnica do trabalho, de mobilização da força de trabalho, quando se combinam trabalhadores de distintas categorias e especialidade, de modo a formar-se o trabalhador coletivo desritualizado (2001, p. 14).

A crise fordista era a expressão do fenômeno de um quadro crítico mais complexo, que exprimia uma crise estrutural do capital. A partir desta crise, o keynesianismo estava esgotado, ficando inviável sustentar os gastos com *Welfare State*.

Junto a este problema, os EUA enfrentavam uma queda de rentabilidade acarretada por uma inflação decorrente do aumento de custos com capital fixo e por uma desaceleração da produção, que estava excedente, gerando uma crise de superprodução.

A "crise do keynesianismo" é, na verdade, a crise das políticas de administração de demanda: quando há sinais de insuficiência de capital, políticas voltadas à eliminação do poder do Estado, disputa entre produção corrente e produção potencial não mais fornecem solução, quando se desenhou um quadro de inflação com baixas taxas de crescimento econômico.

Considerando que a crise do Estado é o reflexo da crise do sistema capitalista de produção, surgem neste momento os princípios da doutrina neoliberal. A solução, para os liberais, estava em medidas como a estabilidade monetária, a diminuição dos gastos sociais e a restauração da taxa de desemprego para quebrar o poder dos sindicatos.

Conforme Ianni:

O neoliberalismo articula prática e ideologicamente os interesses dos grupos, classes e blocos de poder organizados em âmbito mundial; com ramificações, agências ou sucursais em âmbito regional, nacional e até mesmo local, quando necessário. As estruturas mundiais de poder, tais

como as corporações transnacionais e as organizações multilaterais, com frequência agem de modo concertado ou consensual. E contam habitualmente com a colaboração ativa dos governos e países dominantes no sistema capitalista mundial (2001, p. 219).

Esta ideologia chama-se neoliberalismo porque retoma os fundamentos do liberalismo, pensamento social e econômico, que surgiu na Europa, no final do século XIX e que viabilizou o desenvolvimento e a expansão do capitalismo pelo mundo. O neoliberalismo nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte. Foi uma reação teórica e política contra o *Welfare State*, adotado pelos governos dessas regiões, para fortalecer a sociedade capitalista que havia sofrido fortes revezes no período anterior à guerra e durante esse conflito bélico.

Com o neoliberalismo, apareceu a falência dos Estados Nacionais, surgindo assim o Estado Mínimo, que não mais teria poder para determinar suas próprias políticas econômicas. Em face da globalização da economia, ocorrem investimentos de capitais privados e posteriormente o aprofundamento das expressões da questão social, como o desemprego, baixos níveis de renda, desigualdade social, analfabetismo, fome, miséria, entre outras, decorridas das transferências de responsabilidades estatais para a sociedade civil. Iamamoto (2001, p. 126) afirma que ocorre “uma retração do Estado no campo das políticas sociais, amplia-se a transferência de responsabilidade para a sociedade civil, na prestação de serviços sociais”. A partir deste contexto surge uma alteração do padrão produtivo fordista, que gradativamente foi sendo substituída pelas formas flexibilizadas denominadas acumulação flexível.

O modelo de produção fordista, por ser um modelo rígido, isto é, por se caracterizar por tecnologia de produção e organização projetada para a produção de produtos específicos, padronizados, não é adequado à produção de produtos mais variados e em pouca quantidade, que é mais possível com um modelo de produção flexível.

Segundo Ianni:

O processo de produção do tipo fordista é progressivamente recoberto pelo processo de produção flexível. Combinam-se e dinamizam-se as forças produtivas em âmbito global, ainda que a acumulação tenda a concentrar-se em alguns lugares, nos centros decisórios mais fortes, principalmente conforme a gestão das transnacionais, segundo a dinâmica da fábrica global (2001, p. 35).

A produção flexível vem transformando espaços e criando novas geografias à medida que ocorrem redistribuições dos investimentos de capital produtivo e especulativo e, conseqüentemente, redistribuição espacial do trabalho.

Para Ianni (2001, p. 17), “a acumulação flexível é marcada pelo confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho dos produtos e padrões de consumo”. Através da acumulação flexível se possibilita o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços, novos mercados e inovações tecnológicas e comerciais, inimagináveis até pouco tempo atrás.

As marcas dessas alterações no mundo do trabalho são visíveis: altas taxas de desemprego; perda da estabilidade; substituição do emprego fixo pelo temporário e eventual; alternativas como as terceirizações oferecidas em troca do emprego formal e como formas de redução dos custos sociais; mudança na forma de contratação nas relações trabalhistas; e baixo índice de sindicalização dos trabalhadores, fragilização e perda dos direitos sociais e trabalhistas, entre outras.

A acumulação flexível difundida pela revolução tecnológico-organizacional que proporcionou as indústrias um processo ágil e lucrativo de produção de mercadorias teve enormes conseqüências para o universo do trabalho. Trata-se de uma maneira encontrada pelo capitalismo para superar diversas crises, pois permite a redução do capital e sua concentração nas mãos das elites capitalistas.

Apresenta-se também como uma acumulação de capital, assim como ocorre desde as revoluções comercial e industrial, segundo a racionalidade capitalista de acumulação e concentração. Ao contrário do que ocorreu no fordismo no qual a acumulação era baseada em padrões rígidos, a acumulação agora é flexível, pois deve ser flexível o processo de produção e exploração da força de trabalho.

Conforme Harvey (2001, p. 140) acumulação flexível é caracterizada:

Pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a Terceira Itália, Flandres, os vários vales e gargantas do Silício), para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados. Compreende, também, a noção de

compressão do espaço-tempo do mundo capitalista, vale dizer os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado.

A acumulação flexível acarretou profundas transformações no mercado de trabalho. A acirrada competitividade e a redução das margens de lucro induzem os detentores do capital a tirarem proveito do crescente excedente de mão-de-obra e da debilidade sindical para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, traduzidos por aumento efetivo da jornada de trabalho anual para empregados regulares, pelo aumento do trabalho em tempo parcial ou temporário, pela subcontratação e por outros fatores que buscam retirar direitos e conquistas de trabalhadores sob a alegação do setor produtivo se tornar mais competitivo.

2.3 A FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: O TRABALHO PRECARIZADO

Ao longo de várias décadas, inúmeros fenômenos sociais tornam a esfera social do trabalho alvo de importantes reflexões. Ao abordar a esfera do trabalho, há uma pluralidade de vozes, mas nem todas falam a mesma língua. Muitos trabalhadores (as) acreditam que o trabalho formal pode ser estendido a todos, mesmo diante de taxas e índices de desemprego que não param de crescer em todo o mundo. Enquanto o trabalho formal se torna, cada vez mais, coisa rara para muitas pessoas em diversos países, o chamado mercado de trabalho informal, vulgarmente chamado de economia subterrânea, parece assustar a todos com um crescimento espantoso.

A reorganização econômica e produtiva e as mudanças no mercado de trabalho têm respostas e conseqüências distintas nos espaços nacionais. Com o processo de desregulação econômica e reestruturação produtiva, ganha expressão um movimento de desregulamentação de benefícios e normas existentes e uma flexibilização das relações e do mercado de trabalho, o que favorece uma tendência de fortalecimento da regulação privada em detrimento da regulação social construída no pós-guerra.

A desregulamentação pode ser compreendida através das iniciativas de eliminação de leis ou de outras formas de direitos instituídos, nos contratos coletivos, por exemplo, que regulam o mercado, as condições e as relações de trabalho.

A flexibilização das relações de trabalho, a implantação em vários países de políticas neoliberais e a financeirização da economia, enfatizam a esfera especulativa do capital em relação à produção e implicam em novos elementos determinantes e conseqüentes do atual modelo de acumulação capitalista na redefinição das relações de produção e, portanto, numa reconfiguração do mundo do trabalho, tendo como maiores conseqüências a diminuição do número de trabalhadores empregados diretamente na produção, a desqualificação, o aumento do desemprego e o crescimento do trabalho precarizado.

Como afirma Antunes:

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma *desproletarização* do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. (...) Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa *heterogeneização, complexificação e fragmentação* do trabalho (2002, p. 209).

Surge então a flexibilização como uma medida de redução de custos, mesmo que para isso sejam sacrificados direitos trabalhistas e previdenciários, e como uma política articulada, a partir do Estado, para que sejam oferecidos ao patronato, contratos e condições de trabalho de baixo custo. A flexibilização das relações entre capital e trabalho nos leva ao subemprego, ao trabalho temporário, trabalho terceirizado que, de fato, são formas precárias de trabalho.

A flexibilização passa a responder às necessidades de crescente competitividade entre empresas numa economia internacionalizada onde a palavra de ordem é a redução de custos. A mobilidade do capital incorpora regiões periféricas em busca de mercados desregulados com baixos encargos sociais e mão de obra barata.

A desregulamentação dos direitos sociais, em especial os trabalhistas e previdenciários, é provocada por alterações ilegais e por mudanças reais na sociedade em decorrência das novas bases macroeconômicas. A infeliz combinação entre desregulamentação e privatização tende a degradar os trabalhadores. Essas alterações provocaram o aumento dos trabalhos informais, além do subproletariado⁷ e precarização do trabalho, todos advindos da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizados.

Para Antunes:

Há um processo de subproletariado ou de precarização do trabalho que, ao mesmo tempo em que definha o operariado estável, aumenta essa gama de trabalhos precários, parciais, temporários, que decorrem da flexibilização, da terceirização, criando um processo de uma subproletarização intensificada, que, segundo vários autores, também chega a 40%, às vezes até 50% da força de trabalho de vários países avançados (1996, p. 83).

A desregulamentação não se dá apenas pela extinção de leis ou regras, mas por via de uma nova regulamentação. É nas relações de trabalho que a situação chega ao extremo: vínculos frágeis, temporários, a domicílio, por tempos parciais, ou voluntários. A desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas conta com amplo apoio das diversas representações do capital, as multinacionais e as grandes empresas.

O processo de desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas contribui para o surgimento da terceirização, flexibilização, contratação temporária, e para a informalização, sendo esta a precarização do trabalho que envolve milhões de trabalhadores na atualidade.

Segundo Cunha (1998, p. 135) “Os principais fatores que contribuem para a migração do trabalhador para o setor informal são a introdução de exigências do mercado formal, reorganização do processo produtivo e a políticas trabalhistas do governo que vem reduzindo progressivamente a oferta de emprego”.

Durante muito tempo os trabalhadores reunidos em sindicatos ou associações lutaram para conseguir seus direitos sociais e trabalhistas. A Constituição Federal foi considerada um avanço, o Estado conseguia garantir e preservar a série de direitos sociais homogêneos que se sustentavam enquanto o crescimento econômico pudesse ser mantido.

⁷Termo utilizado por Antunes para uma nova classe de trabalhadores.

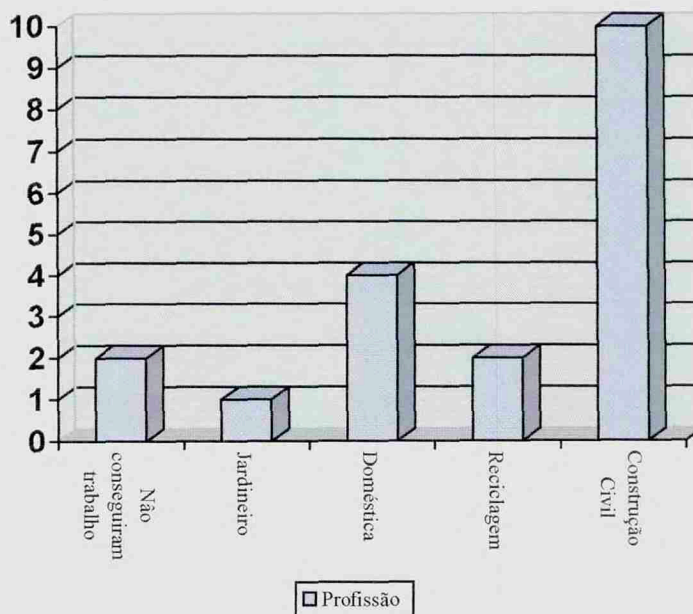
Mas com diversas crises econômicas advindas do capitalismo os trabalhadores estão com seus direitos trabalhistas ameaçados. O Neoliberalismo ao invés da defesa da universalização e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, advoga em favor das perdas de todos esses direitos, além de defender o Estado mínimo, os investimentos privados no mercado, o incentivo à livre iniciativa empresarial e à concorrência, a abertura comercial e financeira, a privatização, a desregulamentação do mercado de trabalho e a supressão dos direitos e gastos sociais.

A política neoliberal, no seu conjunto, atende de maneira integral os interesses de apenas uma parte da burguesia, enquanto as demais parcelas da sociedade podem ter seus interesses feridos por um ou mais aspectos dessa política.

A relação entre neoliberalismo e classes dominadas, por sua vez, configura-se como uma relação de exclusão, ou seja, nenhum dos eixos principais da política neoliberal contempla os interesses das classes subalternas. Muito pelo contrário, o neoliberalismo explora as contradições vivas no seio do povo, levando setores das classes dominadas não-incorporadas pelas políticas de proteção social, a se indisporerem com aqueles setores que são beneficiados por essas políticas.

Nesse contexto surge o trabalho precarizado, o qual se deve pela grave crise econômica, onde os trabalhadores foram substituídos por máquinas, eliminando postos de trabalho, forçando o trabalhador a aceitar qualquer oportunidade como forma de sobrevivência. A partir das entrevistas realizadas podemos perceber que nenhum dos 20 (vinte) trabalhadores (as) conseguiram trabalho com carteira assinada, 18 (dezoito) trabalharam na informalidade e 2 (dois) não conseguiram trabalho. Conforme veremos a seguir:

Gráfico G - Ocupação no Município de Florianópolis



Fonte: Informações obtidas através da pesquisa realizada com os trabalhadores (as) do oeste catarinense e atendidos pelo NAF-Rodoviário.

Os trabalhadores (as) informais representam, então, a parcela ativa do exército industrial constituída pelos sem trabalho. Diante das dificuldades de conseguirem um novo emprego, eles acabaram sujeitados a ganhar a vida de qualquer modo. Por isso, se submetem as longas jornadas de trabalho e baixas remunerações em atividades geralmente irregulares e ocasionais de pequena ou nenhuma qualificação técnica. Explicam-se, dessa forma, a alocação dessa população estagnada, em sua grande maioria, no pequeno comércio e nos serviços de baixa qualificação, atividades que não exigem níveis elevados de escolaridade.

O trabalho precarizado tornou-se questão individual, cabendo a cada indivíduo se qualificar para conseguir manter-se no mercado de trabalho.

Em seu trabalho sobre as formas contemporâneas do trabalho informal, Alves (2003, p. 20) divide os trabalhadores informais em três categorias:

- 1) trabalhadores informais tradicionais: sendo estes os que vivem de sua força de trabalho e em alguns casos incorporam força de trabalho familiar, raramente conseguem acumular capital, obtendo somente o necessário para se manterem;
- 2) trabalhadores assalariados sem registro: estes, em geral, são contratados à margem da legislação trabalhista, não contribuem com a previdência social e, conseqüentemente, não há interesse de sindicatos e

órgãos políticos em defender seus direitos;

3) trabalhadores por conta própria: há várias conceituações para estes trabalhadores, elas vão desde a definição de simples produtores de mercadoria até as formas de subcontratação pelas grandes empresas.

Para Alves:

Os trabalhadores informais tradicionais podem ter condições de trabalho mais estáveis, quando possuem meios de produção e/ou um mínimo de conhecimento técnico, e também instáveis, quando possuem ocupações eventuais e que geralmente exigem pouca qualificação. Esses últimos costumam ser contratados para empreitadas eventuais dependendo do ciclo de produção ou acúmulo momentâneo de trabalho. Quase sempre são mal remunerados (2003, p. 35).

Não se pode conceber um país em expansão como o Brasil com altos níveis de desemprego e desamparo ao desempregado e a sua família. O trabalho informal tem sido uma solução provisória para essa questão, aumentando o fluxo dos indivíduos que não conseguem se manter ou não entrar no mercado de trabalho capitalista.

Para Azevedo:

O “setor informal” se caracterizaria por um conjunto de indivíduos que, mesmo incorporados no mercado de trabalho, não estabelecem relações permanentes de assalariamento, seja como patrões, seja como empregados. Tendo como característica comum a esses trabalhadores pouca ou nenhuma capitalização de seus negócios, baixo nível de qualificação como profissional e situação pessoal materialmente precária (1990, p. 165).

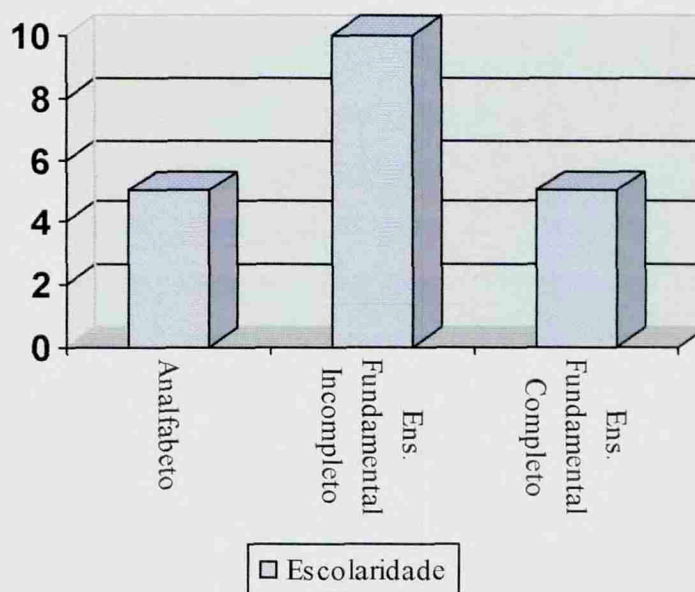
A noção de informal passa a não ter um espaço/tempo necessariamente localizado e delimitado do ponto de vista cultural, pois seria um processo geral e universal que poderia se dar em qualquer lugar e em qualquer tempo, uma vez que o espírito empreendedor, dado naturalmente aos homens, seria algo que brotaria espontaneamente das práticas e ações gerais dos indivíduos.

O trabalho precarizado tem sido uma saída para milhares de trabalhadores que buscam alternativas para continuar a garantir seu sustento e o de sua família. Estes quando migram para o setor informal geralmente o fazem sem conhecer os riscos físicos e ergonômicos desta atividade.

Um fator importante a ser destacado é a qualificação profissional, conforme

analisaremos a seguir:

Gráfico H - Qualificação profissional dos trabalhadores (as)



Fonte: Informações obtidas através da pesquisa realizada com os trabalhadores (as) do oeste catarinense e atendidos pelo NAF-Rodoviário.

Analisando o gráfico, 05 (cinco) trabalhadores (as) eram analfabetos, 10 (dez) trabalhadores (as) não concluíram o ensino fundamental e 05 (cinco) trabalhadores (as) concluíram o ensino fundamental. As exigências de escolaridade para ingressar na força produtiva foram crescendo ao longo dos anos, a baixa escolaridade dos trabalhadores brasileiros torna-se um problema já que o exigente mercado de trabalho exclui quem não estiver qualificado e com um alto nível de escolaridade.

Os baixos níveis de qualificação profissional e de escolaridade dos usuários entrevistados foram visíveis, nenhum havia iniciado o ensino médio e/ou curso profissionalizante e também não havia pretensão de iniciá-los. Observaremos alguns depoimentos de usuários que confirmaram, a dificuldade de conseguir um trabalho devido ao estudo:

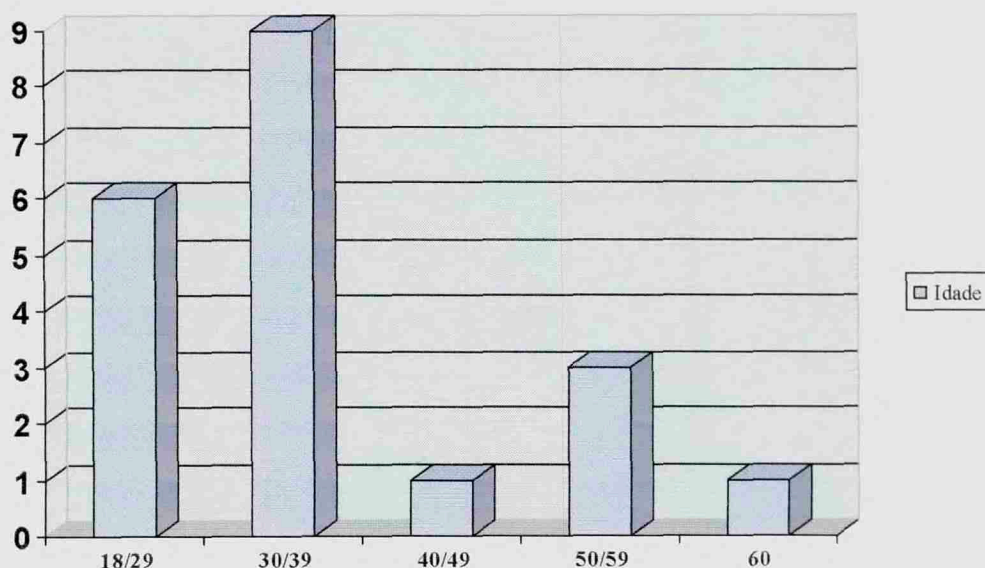
1 - Para quem tem um diploma é bom, mas para quem não tem é difícil. Custo de vida é muito alto. Não alcancei meus objetivos, pois não arrumei trabalho.(E.O. 53 anos).

2 - É uma cidade grande, mas tem que ter experiência profissional e escolaridade. Não alcancei meus objetivos (C.S.O. 31 anos).

A razão do desemprego e da precarização das condições de trabalho se devem ao baixo nível de instrução dos trabalhadores (as), a falta de estudos é o responsável direto pelos baixos salários e pelas dificuldades em conseguir bons empregos.

Um outro fator agravante que deve ser levado em conta é a idade do indivíduo, pois o mercado de trabalho é muito exigente, não aceita o jovem sem experiência alguma, mas também não aceita o idoso, pois pouco produz. Concluimos que, a participação do aposentado no mercado de trabalho é um assunto complexo, pois este realmente compete com o jovem no mercado de trabalho, muitas vezes em melhores condições. A renda do trabalho dos aposentados tem um peso bastante significativo na sua renda e na de suas famílias.

Gráfico I - Faixa Etária dos Trabalhadores (as)



Fonte: Informações obtidas através da pesquisa realizada com os trabalhadores (as) do oeste catarinense e atendidos pelo NAF-Rodoviário.

Analisando o gráfico foram questionados 06 (seis) trabalhadores (as) em idade de 18 a 29 anos, estes buscavam seu primeiro trabalho digno com garantias de direitos trabalhistas; 09 (nove) trabalhadores (as) entre 30 e 39 anos buscavam uma nova oportunidade de inserir-se no mercado formal; 01(um) trabalhador (a) entre 40 e 49 anos, buscava conseguir trabalho depois dos 40 anos de idade, isto se tornou algo angustiante para quase todos os níveis de profissionalização; 3 (três) trabalhadores (as) com idade entre

50 e 59 por final 01 (um) trabalhador (a) tinham idade superior a 60 anos, a participação do idoso no mercado de trabalho é alta comparada a padrões internacionais, pois o aposentado pela Previdência Social retorna ao mercado de trabalho.

Enfim, concluímos com nossa investigação, que o fenômeno da migração para a cidade em busca de trabalho, mais precisamente do oeste catarinense para Florianópolis, não pode ser visto com um caso isolado, mas sim, inserido num contexto em que o trabalhador é efetivamente trabalhador (a) de direitos e deve-se exigir dos governantes uma política pública eficaz para o trabalhador manter-se no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é fruto de um objeto de estudo que enfoca o fenômeno do êxodo rural do oeste catarinense para Florianópolis em busca de trabalho. O êxodo rural ocorre por vários fatores: concentração fundiária na mão de grandes agricultores, falta de uma política agrícola para o pequeno agricultor, falta de investimentos do Estado para as famílias permanecerem no campo como saneamento básico, escolas e hospitais.

Muitos trabalhadores vêm para Florianópolis com a ilusão de obter uma melhor qualidade de vida para sua família, pois na cidade existem condições de viver melhor com escolas, hospitais e postos de saúde próximo de casa.

Podemos dizer que Florianópolis sofre com o veloz processo de urbanização e que ainda não se adequou a um planejamento de infra-estrutura urbana ao contingente humano que passa a fixar-se nas áreas irregulares, gerando assim o processo de favelização da cidade.

Muitos trabalhadores vinham para Florianópolis por conta do discurso da “Cidade com a melhor qualidade de vida do Brasil”, pois acreditavam que havia oportunidades de trabalho na cidade. Mas quando chegavam percebiam que tudo era diferente.

As políticas públicas desenvolvidas para o migrante não suportam a demanda gerada pela expulsão do trabalhador do campo. Os projetos que atuam com o migrante: Abordagem de Rua e NAF-Rodoviário não conseguem atender a todos que os procuram assim, sugerimos a contratação de novos profissionais e mais investimentos financeiros na aquisição de passagens rodoviárias e refeições e a criação de mais Casas de Passagens.

Percebeu-se com a pesquisa que vários trabalhadores vieram sozinhos enquanto suas famílias permaneceram no campo, para dar continuidade ao trabalho na agricultura. Muitos tinham o sonho de estabelecer-se em uma residência, conseguir um trabalho e posteriormente trazer o resto da família.

Todos os trabalhadores (as) entrevistados traziam consigo um sonho de mudar de vida, ter um trabalho com carteira assinada e garantias trabalhistas, mas muitos trabalharam na informalidade, desenvolvendo funções que não tinham conhecimento.

Durante este processo investigativo, alguns trabalhadores (as) adoeceram devido às péssimas condições de habitação e alimentação. Alguns permaneceram nas ruas, nas construções onde trabalhavam e no único albergue da cidade que é mantido pela sociedade civil organizada. Contudo, existem ainda os que foram para as favelas aumentando a

periferização envolvendo-se na criminalidade e prostituição.

Por muito tempo os trabalhadores reunidos em sindicatos ou associações lutaram para conseguir seus direitos sociais e trabalhistas. A Constituição Federal foi considerada um avanço, o Estado conseguia garantir e preservar a série de direitos sociais homogêneos que se sustentavam enquanto o crescimento econômico pudesse ser mantido, porém, com as diversas crises econômicas advindas do capitalismo, os trabalhadores estão com seus direitos trabalhistas ameaçados.

O crescimento do trabalho precarizado se deve pela grave crise econômica, onde os trabalhadores foram substituídos por máquinas, eliminando postos de trabalho, forçando o trabalhador a aceitar qualquer oportunidade como forma de sobrevivência.

Neste contexto surgem novas expressões da questão social, como o desemprego, baixos níveis de renda, desigualdade social, analfabetismo, fome, miséria, entre outras, decorridas das transferências de responsabilidades estatais para a sociedade civil. O Serviço Social como uma profissão que trabalha essencialmente nas contradições da sociedade e havendo capacidade para uma leitura da totalidade frente às situações que se apresentam como isoladas, poderá buscar alternativas de resistências, mudanças e rupturas no seu fazer cotidiano. Conforme percebemos no NAF-Rodoviário, os trabalhadores (as) são expulsos do campo, pois faltam investimentos dos governantes para manter as famílias no campo. Cabe ao assistente social analisar, estudar e compreender o crescente grau de exclusão social a que esses trabalhadores (as) estão submetidos.

Considerando o entendimento de que o Serviço Social constitui-se numa profissão de cunho sócio-educativo, inscrevendo-se “no campo das atividades que incidem na formação da cultura, como um elemento constitutivo das relações de hegemonia” (ABREU, 2004, p. 66), o espaço de intervenção profissional caracteriza-se pela forte contradição entre o neoliberalismo em que está inserido e, ao mesmo tempo, tem o comprometimento com a emancipação e cidadania junto às camadas populares, conforme preconiza o Código de Ética Profissional. Diante disso:

(...) atualmente, os desafios pedagógicos na perspectiva da constituição de uma nova cultura pelas classes subalternas se colocam considerando as reformas neoliberais que apontam para a tendência de reatualização de práticas assistencialistas em detrimento a garantia e ampliação dos direitos, bem como em contraposição a essa perspectiva dominante, no movimento contraditório das relações sociais coloca-se a possibilidade de avanço das práticas sociais numa perspectiva emancipatória” (ABREU, 2004, p. 67).

O exercício do Serviço Social e a realidade social de sua ocupação possibilitam inúmeras alternativas de reflexões junto às suas demandas. Uma das questões que está com muita frequência presente nos diversos campos de ação do Assistente Social é que esse profissional deve – ou deveria - constituir-se num agente garantidor de direitos, tendo como elementos norteadores o Código de Ética, à dimensão política profissional e o projeto ético político da profissão.

Atualmente o espaço de trabalho do Serviço Social se dá exatamente no contexto dessa tensa dinâmica da vida social e nela o profissional deve buscar as possibilidades de “efetivar e ampliar os direitos inerentes à condição de cidadania, (...) de universalização da democracia, irradiada para as múltiplas esferas e dimensões da sociabilidade dos sujeitos sociais” (IAMAMOTO, 1999, p. 144). No âmbito do Serviço Social, fazer da essência da ação política a maneira de transformar as necessidades individuais em demandas coletivas, significa revolucionar cotidianamente o fazer assistência social, entendida como uma política pública, um direito.

A interação do Serviço Social com as classes populares e os movimentos sociais são diretrizes claras do atual Código de Ética profissional, do projeto ético-político defendido pelo grupo hegemônico que tem na questão social o principal objeto do Serviço Social. Na definição de Iamamoto:

O Serviço Social tem na *questão social* a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

Portanto, para além de tudo aquilo que está diretamente ligado ao trabalho ou a luta de classes, para o Serviço Social ter a questão social em sua intervenção é necessário “demonstrar as particulares formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social” (IAMAMOTO, 1998, p. 59).

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A Dimensão Pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, ano XXV, n.º. 79, São Paulo: Cortez, 2004. p. 43-65.

_____. **Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 69-82.

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 3ª ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

ALVES, M. A. **Formas contemporâneas do trabalho informal no Brasil**. In: **VIII Encontro nacional de estudos do trabalho**. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/ST6A.doc>> Acesso em: 11 de maio 2004.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, abril de 1996, n. 50, ano XVII. p. 78-86.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1993. p. 09-19.

AZEVEDO, Beatriz R. Z. O setor informal. In: ALMEIDA, Pedro F. C. (Coord.). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990 (Tomo 1). p. 164-196.

BOITEUX, José. **Oeste Catarinense (de Florianópolis a Dionísio Cerqueira)**. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entre & Irmãos, 1931.

BRASIL. **Constituição 1988**. Ed. atual. em nov. de 2000. Brasília, D.F.: Senado Federal, 2000.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei n.º 8742 de 07 de julho de 1993.

BRASIL. **Manual Operacional do PETI**. Secretaria de Estado de Assistência Social, 2002.

CAMARGO, José Francisco de. **A Cidade e o Campo, Êxodo Rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2002. p. 170-176.

COTRIN, Gilberto. **Filosofia Fundamentos da filosofia: história e grandes temas**. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 25-30

CUNHA, Alba Laura da. **O êxodo rural no município de Leoberto Leal**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FANTIN, Márcia. **Cidade Dividida**. Florianópolis, 2000. p. 70-75.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A questão Agrária e a Justiça**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. p. 47.

HAK, Prujansky Kathia. **Arte no deslocamento da vida: Educação Popular e Cerâmica na Vila São João**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. p. 16-23.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. p. 115-177.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Projetos e Entidades, **Censos Demográficos**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de outubro de 2005.

IUNSKOVSKI, Roberto. **Migrantes cablocos em Florianópolis trajetória de uma experiência religiosa**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, Classe e Etnia: trajetórias de mulheres migrantes**. Florianópolis: Editora da UFSC; ARGOS, 2003.

MANUAL OPERACIONAL DO PETI. Secretaria de Estado de Assistência Social. 2002.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffone. O projeto de pesquisa em Serviço Social. In **Capacitação em Serviço Social e Políticas Públicas**, módulo 05: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social. Brasília – UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2001. p. 17-44.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social e democracia**. Rio de Janeiro: Cortez. 2001. p. 220.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF. **Plano Diretor - Distrito Sede**, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2005.

POLI, Jaci. Cabloco: Pioneirismo e Marginalização. In: **Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEON**. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 74 – 83.

SANTOS, Márcia do Rocio. **A resistência dos trabalhadores aos princípios da sociedade de mercado na educação pública do Paraná**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SANTOS, Regina Bega. **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipione, 1994.

SCHAPPO, Sirlândia. Migrantes – Nômades: Chegar, partir ou ficar? **Revista de Ciências Humanas** – UFSC, n° 35 - p. 225-240, abril 2004.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <<http://www.ssp.sc.gov.br/dini/estatisticas/estatistica.htm>>. Acesso em: 29 de maio de 2006.

SINGER, Paul. O caráter histórico das migrações internas. In: **Economia Política da Urbanização**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOUZA, Itamar de. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.